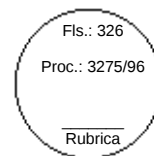




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Processo nº 3275/1996 A (Volumes I e II; Apenso nº 1568/98)

Origem: TCDF

Assunto: Representação.

Ementa: Representação nº 1/96-GFAB. Servidores distritais. Legislação federal aplicável. Lei nº 197/91. Entrada em vigor em 01.01.92. Recepção da Lei nº 8.270/91.

Relatores originais: Conselheiros José Eduardo Barbosa e José Milton Ferreira.

Parecer do MPjTCDF: Procuradora Márcia Farias.

Inserção na pauta de:

RELATÓRIO

Tratam os autos de Representação do saudoso Conselheiro Frederico Augusto Bastos, objetivando uniformizar entendimento acerca das matérias relativas aos servidores públicos distritais, e que, após a edição da Lei nº 197, de 04.12.1991¹, tenham sido alvo de alterações na esfera federal, não recepcionadas por lei distrital (fls. 1 a 3).

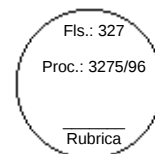
2. Nos termos da Decisão nº 2053/99², o Processo nº 1568/98 foi a este apensado, *para posterior deliberação conjunta*.

1 Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral de remuneração dos servidores públicos, altera vencimentos básicos das carreiras que menciona e dá outras providências.

2 O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a apensação dos autos ao Processo nº 3275/96, para posterior deliberação conjunta. **Processo nº 1568/98** - Representação nº 001/98-CF, da Procuradora do Ministério Público junto à Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, sobre a aplicação, no âmbito do Distrito Federal, das alterações promovidas pela Lei nº 9527, de 10 de dezembro de 1997, no Regime Jurídico Único - Lei nº 8112/90. **Relator:** Conselheiro José Eduardo Barbosa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



3. A exordial foi conhecida por meio da Decisão nº 4431/96-JEB³ (fl. 37).
4. A análise do tema, efetuada pela 4ª Inspeção de Controle Externo/3ª Divisão Técnica, às fls. 284 a 313, consigna que, *com o passar do tempo, consolidou-se o entendimento tanto desta Casa quanto dos demais tribunais de que leis federais, para serem aplicadas aos servidores distritais, pendem de recepção pelo legislativo local, sob pena de malferir o princípio da autonomia legislativa do DF.*
5. Em face disso, considera a perda do objeto da proposta inicial, *haja vista a consolidação de entendimento tanto do STF quanto do STJ e do TJDF, bem como desta Corte de Contas, de que, sem a chancela do legislativo local, leis federais editadas após a vigência da Lei Distrital nº 197/91, dispendo sobre regime jurídico e remuneração de servidores, não se aplicam ao Distrito Federal.*
6. Conseqüentemente, pelos mesmos motivos, sugere a desapensação e o arquivamento do Processo nº 1568/98.
7. A análise prossegue, em virtude de dúvidas relativas a *quais leis se enquadram na expressão legislação complementar constante no art. 5º da Lei nº 197/91⁴, que manda aplicar aos servidores do DF as disposições da Lei Federal nº 8.112/90⁵ e legislação complementar, e à gratificação de Raios X (Leis nºs 8.162/91 e 8.270/91).*
8. Ao delimitar o alcance da expressão *legislação complementar*, constante do art. 5º da Lei nº 197/91, a ICE conclui que as normas federais em vigor na data da publicação da lei distrital, que alteraram ou complementaram a Lei nº 8.112, de 11.12.90, foram alcançadas pelo citado artigo, o que abarca a Lei nº 8.162, de 08.01.1991.

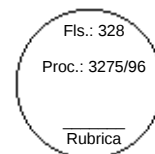
3 O Tribunal [...] decidiu: I - tomar conhecimento da Representação no 001/96-GFAB, do Conselheiro Frederico Augusto Bastos, datada de 16 de abril de 1996, com a documentação anexa, fls. 4 a 30; II - encaminhar os autos à 4ª Inspeção de Controle Externo para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda ao seguinte: a) levantar os julgados mais importantes desta Corte nas matérias de sua alçada, que tenham pertinência com a presente representação; b) instruir o processo ressaltando as repercussões nos processos em andamento; c) encaminhar os autos diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal, uma vez concluída a sua instrução, para ciência daquele Órgão e, querendo, emissão do seu valioso parecer.

4 Lei nº 197, de 04 de dezembro de 1991 – *omissis* art.5º - A partir de 01 de janeiro de 1992, aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa.

5 Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



9. Essa Lei, além de alterar dispositivo do RJU, *manteve em 10% o percentual da gratificação de Raios X, anteriormente fixado pela Lei nº 7.923/89. Como a Lei nº 8.112/90 não trata plenamente desse assunto, entende-se que a Lei nº 8.162/91 a complementa no tocante ao percentual a ser pago a título de gratificação de Raios X, o qual foi, inicialmente, fixado em 40% pela Lei Federal nº 1.234, de 14 de novembro de 1950 (fl. 255), que concede direitos e vantagens a servidores que operam com Raios X e substâncias radioativas. Essa vantagem incorpora-se aos proventos de inatividade, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64⁶, com redação dada pela Lei nº 6.786/80 (fl. 258).*

10. O percentual de 40% permaneceu inalterado, **na área federal**, até o advento da Lei nº 7.923⁷, de 12 de dezembro de 1989 (fls. 259/264), que, por força de seu art. 2º, § 5º, reduziu-o para 10% (dez por cento).

11. Decisões emanadas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça consideraram a legitimidade da redução do percentual da gratificação de Raios X, por força da Lei nº 7.923/89.

12. No âmbito distrital, o Decreto nº 12.660, de 19.09.90, editado após a Lei nº 7.923/89, manteve o percentual dessa gratificação em 40% (quarenta por cento). Vê-se, portanto, que a redução de percentual da gratificação de Raios X de que trata a Lei nº 7.923/89 não foi aplicada aos servidores distritais nesse primeiro momento.

13. Por seu turno, a Lei 8.112/90, aplicável ao Distrito Federal, a contar de 01.01.92, prevê a concessão de um adicional a ser calculado sobre o vencimento do cargo efetivo aos servidores que trabalham habitualmente em contato com substâncias radioativas (art. 68). Contudo, silencia a respeito do percentual dessa gratificação, bem como da forma de incorporá-la.

14. A alteração procedida pelo artigo 13⁸ da Lei nº 8.162/91, determinou a aplicação dos percentuais fixados na Lei nº 7.923/89, art. 2º, § 5º, dentre eles o de 10% para a gratificação de Raios X, assegurando,

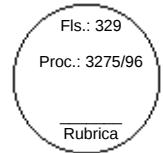
⁶ Lei nº 4.345/64 – *omissis* [...] Art. 34. Aplicam-se aos funcionários da ativa, que operam com raios X e substâncias radioativas, as disposições da Lei nº 1.234, de 14 de novembro de 1950.

⁷ Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989 - Dispõe sobre os vencimentos, salários, soldos e demais retribuições dos servidores civis e militares do Poder Executivo, na administração direta, nas autarquias, nas fundações públicas e nos extintos Territórios, e dá outras providências.

⁸ Art. 13 Aplicam-se, no que couber à Tabela de Vencimentos de que trata o anexo desta lei, os percentuais estabelecidos no § 5º do art. 2º da Lei nº 7.923, de 1989. Parágrafo único. É assegurada, como vantagem pessoal nominalmente identificável, a diferença porventura resultante da aplicação do disposto neste artigo aos servidores que percebiam as referidas vantagens nos termos da legislação anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



todavia, como vantagem pessoal, nominalmente identificada, a diferença resultante da aplicação desse dispositivo.

15. Para a Unidade Técnica, o legislador local, ao votar o projeto de lei ordinária que resultou na Lei Distrital nº 197/91, conhecia as regras praticadas na União no tocante à gratificação de Raios X (art. 13 da Lei nº 8.162/91), com elas concordando, primeiro porque nada dispôs em sentido contrário, segundo porque decidiu dar aos servidores distritais regime jurídico idêntico ao dos servidores federais, tanto é que acrescentou a expressão legislação complementar ao disposto no art. 5º da Lei nº 197/91.

16. Pesquisa efetuada no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, referente a **servidores distritais em atividade**, detentores da especialidade de Técnico em Radiologia, da carreira Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal, **que percebem gratificação de Raios X**, escolhidos aleatoriamente (fls. 228/238), constatou que essa gratificação vem sendo paga sobre o percentual de **10%** para os servidores que tomaram **posse na vigência da Lei nº 8.112/90** (rubrica 1130, fls. 235/238), e em duas parcelas para aqueles que ingressaram antes dessa lei (rubricas 1130 e 1131, fls. 230/234).

17. O pagamento dessa gratificação em duas parcelas também foi adotado para os inativos, no percentual de 10% do vencimento básico vigente, independentemente do tempo de exercício de atividade junto à fonte de emanção. Já a VPNI corresponde a um percentual do vencimento básico vigente, não estando, portanto, o respectivo valor congelado em fevereiro de 2004, como ocorre com o pessoal ativo.

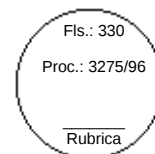
18. Daí a conclusão de que o pagamento atual da gratificação de Raios X, em duas parcelas guarda conformidade com o disposto na Lei nº 8.162/91, não obstante as frações da gratificação de Raios X e o valor da VPNI pertinente necessitar de correção.

19. Como a Lei nº 8.162/91 determinou, expressamente, no caput de seu art. 13, que os percentuais fixados no art. 2º, § 5º, da Lei nº 7.923/89 são aplicáveis aos servidores submetidos à Lei nº 8.112/90, entende-se que o legislador local recepcionou também, por via transversa, o citado dispositivo da Lei nº 7.923/89.

20. Por óbvio, não obstante a Lei nº 8.162 seja de janeiro de 1991, a alteração do percentual da gratificação de Raios X para 10%, por ela determinada, somente tem eficácia no âmbito distrital a partir de 01.01.92, data em que a Lei nº 8.112/90 e legislação a ela complementar passou a ser aqui aplicada (Lei nº 197/91).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



21. De ressaltar, ainda, as alterações da Lei nº 8.112/90, pelas de nº 8.216, de 13.08.91⁹ e 8.270, de 17.12.91¹⁰. A primeira, publicada antes da edição da Lei local nº 197, de 04 de dezembro de 1991, logo, aplicável ao DF, no que couber, nada dispõe acerca da gratificação aqui tratada. A segunda, não obstante tenha sido publicada antes de 01.01.92, data fixada na Lei nº 197/91 para se aplicar o atual regime jurídico aos servidores locais, é superveniente a essa lei, gerando, assim, decisões nesta Casa ora pela aplicação local da Lei nº 8.270/91 (Decisões TCDF nº 2162/2004¹¹;

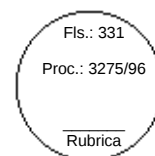
9 Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.

10 Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.

11 O Tribunal [...] decidiu: [...] II - determinar o retorno dos autos apensos à Secretaria de Saúde do Distrito Federal para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam adotadas as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: [...] c) elaborar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 36, observando a Decisão Normativa TCDF nº 02/93, para: c.1) corrigir o valor da Gratificação de Raios X, resultante do exercício direto e habitual junto a fontes de irradiação, dividindo-a em duas parcelas como determina a Lei nº 8.270/91, que alterou a Lei nº 1.234/50: c.1.1) primeira parcela: - "gratificação por trabalhos com raios X", fundamentada no art. 12, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.270/91, calculando-a sobre o percentual de 10% do vencimento básico integral do servidor, devida em virtude da exposição a substâncias radioativas a partir de 01/01/92; c.1.2) segunda parcela: - "vantagem pessoal, nominalmente identificada", fundamentada no art. 12, § 5º, da Lei nº 8.270/91, a ser paga sobre o percentual de 30% do vencimento básico integral vigente - 1º/01/92, acrescido dos reajustes gerais de vencimentos ocorridos dessa data até a da aposentadoria. Esse percentual de 30% resulta da diferença entre os percentuais adquiridos pela legislação anterior à Lei nº 8.270/91 (40% - incorporado 4% ao ano) e os inerentes a essa lei (10%); [...]. **Processo nº 3515/99-** Aposentadoria de ANTONINO MENDES FERREIRA-SES. **Relator: Conselheiro Jorge Caetano.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



446/2004¹², 241/1996¹³; 5387/1998¹⁴, dentre outras), ora pela sua não aplicação (Decisão TCDF nº. 980/99¹⁵).

22. Nesse sentido, consigna que, por meio do item "I.b.4" da citada Decisão TCDF nº 980/99, esta Corte de Contas assim determinou: rever a forma de pagamento do adicional de periculosidade, para adequá-lo a legislação efetivamente em vigor, haja vista que **os dispositivos da Lei nº 8270/91 só seriam aplicáveis se a mesma fosse recepcionada no âmbito do Distrito Federal.**

12 O Tribunal [...] considerou legal a concessão em exame, com a recomendação de, posteriormente: 1) elaborar novo Abono Provisório em substituição ao de fl. 27-apenso, observando a Decisão Normativa TCDF nº 02/93, a fim de considerar os seguintes percentuais para as parcelas relativas à Gratificação de Raios X: a) "Compl. Gratificação de Raios X e Sub. Rad." em 20%, por força do artigo 12, § 5º, da Lei nº 8.270/91, tendo em conta que até dezembro de 1991 a servidora contava pouco mais de 5 anos de exposição a substâncias radioativas; b) "Gratificação de Raios X Sub. Rad. em 10%, a partir de 01.01.92 (Lei nº 197/91), observando o contido no artigo 12, § 2º, da Lei nº 8.270/91; 2) tornar sem efeito o documento substituído. **Processo nº 75/1995 - Aposentadoria de HELENA MARIA HIPÓLITO-SES. Relator: Conselheiro-Substituto José Roberto de Paiva Martins.**

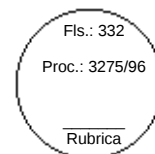
13 O Tribunal [...] determinou diligência para a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - atender a solicitação do item b de fls. 29; II - apresentar declaração comprovando o período em que o interessado percebeu gratificação por trabalhos com Raios X; III - esclarecer o porquê da não inclusão das parcelas PCCS e SUDS ou confeccionar novo abono provisório, em substituição ao de fls. 28, para apresentar as referidas parcelas, observando, ainda, o disposto na Decisão Normativa - TCDF no 02/93; IV - desentranhar dos autos os documentos de fls. 48, 50 e 51, visto que eles não pertencem ao interessado; V - tornar sem efeito os documentos substituídos; VI - esclarecer, nos termos do parágrafo 5º do art. 12 da Lei no 8.270/91, a manutenção do percentual de 30% da gratificação de Raio X como vantagem pessoal, haja vista que, a princípio, o entendimento do referido artigo indica que os valores superiores a 10% é que seriam congelados (fls. 22/26). **Processo nº 7061/93 - Aposentadoria do servidor CARLOS FERREIRA DA SILVA-SEA. Relator: Auditor José Roberto de Paiva Martins.**

14 O Tribunal [...] decidiu: [...] III - determinar à Secretaria de Saúde do Distrito Federal que adote as providências necessárias à regularização da situação dos servidores efetivos do Ministério da Saúde que prestam serviços na FHDF, **conforme estabelecem o art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.689, de 27.07.93, e o art. 20 da Lei nº 8.270, de 17.12.91; [...]. Processo nº 3746/97 - Representação nº 009/97 - CF, versando sobre a Lei nº 1.444, de 26.05.97, que autoriza o Poder Executivo a conceder, aos servidores que especifica, parcela autônoma de integração ao Sistema Único de Saúde do Distrito Federal-PASUS/DF, em caráter eventual e precário. Relatora: Conselheira Marli Vinhadeli.**

15 O Tribunal [...] decidiu: [...] b) determinar à FZDF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências, o que será objeto de verificação em futura auditoria: [...] b.3 - excluir das remunerações dos seus servidores as parcelas referentes: "planos Bresser e Verão"; "reajuste de 100 % INPC - março/1985" e "equiparação com a FHDF", sendo estas pagas sobre a rubrica "Complementação de Vencimentos"; "Gratificação de representação de gabinete"; "Horas extras incorporadas"; "Auxílio para diferença de caixa" e "Adicional de periculosidade", que integram a rubrica "Vantagem pessoal". Concomitantemente, deverá ser verificado, caso a caso, a ocorrência de redução salarial, comparando-se a totalidade da remuneração praticada no momento imediatamente anterior com a vigente a partir da edição da Lei nº 82/89. Caso seja constatada diferença a menos, esta deverá ser paga como vantagem pessoal nominalmente identificada,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



23. Cita Acórdão nº 83059¹⁶, do TJDF, conclusivo pela não aplicabilidade da Lei nº 8.270/91 ao Distrito Federal, e sugere que, *como referida Lei não pertencia ao mundo jurídico quando da edição e votação do projeto de lei que resultou na Lei nº 197/91, considerando o princípio da autonomia legislativa conferida ao Distrito Federal pela Carta Magna, este Tribunal firme entendimento no sentido de que a Lei Federal nº 8.270/91 não foi alcançada pelo disposto no art. 5º da Lei nº 197/91, uma vez que lhe é superveniente.*

24. Apesar disso, ao cotejar as disposições do art. 12¹⁷ da Lei nº 8.270/91 com as do art. 13¹⁸ da Lei nº 8.162/91, constata *que ambas fixam o percentual da gratificação de Raios X em 10%, mantendo, como vantagem*

atualizando-se o seu valor até a presente data mediante a aplicação dos índices gerais de reajuste concedidos pelo governo do Distrito Federal; b.4 - rever a forma de pagamento do adicional de periculosidade, para adequá-lo a legislação efetivamente em vigor, **haja vista que os dispositivos da Lei n.º 8270/91 só seriam aplicáveis se a mesma fosse recepcionada no âmbito do Distrito Federal**; [...] **Processo nº 4478/98** - Resultado de inspeção realizada na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal em cumprimento ao Plano Setorial de Ação - PSA 1998. **Relator: Conselheiro Ronaldo Costa Couto.**

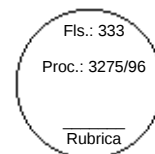
16 APELAÇÃO CÍVEL APC3801095 DF; Acórdão Número: 83059; Data de Julgamento: 21/03/1996; Órgão Julgador: 4ª Turma Cível; Relator: EVERARDS MOTA E MATOS; Publicação no DJU: 02/04/1996 Pág.: 4.775; Ementa - APELAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RAIOS X. FHDF - LEGISLAÇÃO INCIDENTE. PERCENTUAL. PRELIMINARES: NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. [...] A legislação ensejadora do direito ao adicional de insalubridade, a servidores do Distrito Federal que operam com raio X, é o Decreto Local de número 12.660/90 - previsor da gratificação no percentual de 40% - e não a Lei Federal número 8.270/91, porque esta alcança, unicamente, os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

17 Art. 12. Os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais perceberão adicionais de insalubridade e de periculosidade, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral e calculados com base nos seguintes percentuais: I - cinco, dez e vinte por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio e máximo, respectivamente; II - dez por cento, no de periculosidade. § 1º O adicional de irradiação ionizante será concedido nos percentuais de cinco, dez e vinte por cento, conforme se dispuser em regulamento. **§ 2º A gratificação por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas será calculada com base no percentual de dez por cento. § 3º Os percentuais fixados neste artigo incidem sobre o vencimento do cargo efetivo. § 4º O adicional de periculosidade percebido pelo exercício de atividades nucleares é mantido a título de vantagem pessoal, nominalmente identificada, e sujeita aos mesmos percentuais de revisão ou antecipação dos vencimentos. § 5º Os valores referentes a adicionais ou gratificações percebidos sob os mesmos fundamentos deste artigo, superiores aos aqui estabelecidos, serão mantidos a título de vantagem pessoal, nominalmente identificada, para os servidores que permaneçam expostos à situação de trabalho que tenha dado origem à referida vantagem, aplicando-se a esses valores os mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos.**

18 Art. 13 Aplicam-se, no que couber à Tabela de Vencimentos de que trata o anexo desta lei, os percentuais estabelecidos no § 5º do art. 2º da Lei nº 7.923, de 1989. Parágrafo único. **É assegurada, como vantagem pessoal nominalmente identificável, a diferença porventura resultante da aplicação do disposto neste artigo aos servidores que percebiam as referidas vantagens nos termos da legislação anterior.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



peçoal nominalmente identificada (VPNI), a diferença porventura resultante da aplicação das referidas normas legais, para aqueles servidores que percebiam a mencionada gratificação nos termos de legislação anterior.

25. Por sua vez, a Lei nº 8.270/91 acrescenta que a diferença resultante será mantida, apenas, para aqueles servidores que permaneçam expostos à situação de trabalho que tenha dado origem à referida vantagem, e que a essa parcela aplicar-se-á os mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos.

26. Nesse sentido, embora o art. 13, parágrafo único, da Lei nº 8.162/91, não especifique em seu texto que a parcela VPNI somente será devida aos que permanecerem em operações com riscos de irradiação, essa é a melhor interpretação a ser dada a esse dispositivo, haja vista o estabelecido no art. 4º, da Lei nº 1.234/50, que confere à gratificação de Raios X, percebida na atividade, um caráter transitório ao determinar que não farão jus à referida vantagem os servidores que **se afastarem, por quaisquer motivos**, do exercício das mencionadas atribuições, **ressalvando** apenas os casos de licença para tratamento de saúde, licença à gestante ou no caso de moléstia adquirida em razão do exercício dessas funções. Vale mencionar que o dispositivo da Lei nº 1.234/50 citado, [...] ainda produz efeitos legais, uma vez que não foi revogado (fl. 254/255).

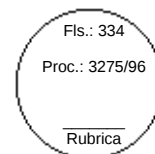
27. Conclui que a Lei nº 8.270/91, excetuando a previsão de reajuste da parcela VPNI, para preservação de seu valor, não inova em relação à Lei nº 8.162/91, no tocante à gratificação de Raios X.

28. Tendo em conta a característica dessa gratificação (*propter laborem*), sugere, lastreada em julgado do STJ¹⁹, que seja dado à VPNI em comento o mesmo tratamento dispensado às demais VPNI's, ou seja, que à mesma sejam aplicados os reajustes gerais dos servidores públicos distritais para a manutenção de seu valor.

19 Recurso Especial nº 301931 - PE (2001/0009865-7) - CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RAIOS X. INCORPORAÇÃO. VANTAGEM PROPTER LABOREM. DIREITO ADQUIRIDO. EXTINÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, com os olhos elevados para a garantia constitucional do direito adquirido consagrou o entendimento de que, em sede de remuneração de servidores públicos, as vantagens de ordem pessoal, consideradas como tal os adicionais por tempo de serviço as gratificações concedidas em razão da natureza ou do local de trabalho, uma vez incorporadas ao patrimônio do servidor, tornam-se insusceptíveis de extinção. A gratificação percebida em razão do exercício por longos anos de cargo em que o servidor operava habitualmente com Raios X é qualificada como vantagem pessoal porque concedida *propter laborem*, não podendo, no futuro, ser extinta. - fls. 250/253.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



29. No tocante ao Decreto nº 22.361, de 31.08.01, ressalta ter o então Governador do Distrito Federal [...] revogado os Decretos nºs 12.660/90 e 4.941/79, que tratavam da gratificação de Raios X. E da leitura das disposições relativas à gratificação de Raios X contidas nesse decreto, constata-se que, ressaltando os artigos 1º (onde há referência à Lei nº 8.270/91), 7º e 8º (que contrariam o disposto no art. 4º, alínea "b" da Lei nº 1.234/50), os demais artigos guardam conformidade com a legislação aqui defendida como aplicável ao D.F.

30. Desse modo, como a Lei nº 8.270/91, citada no referido decreto, dispõe sobre a gratificação de Raios X de forma similar à tratada na Lei nº 8.162/91, entende-se que, ressaltando a referência à Lei nº 8.270/91, ocorrida no art. 1º, [...] e o contido nos artigos 7º e 8º, que inovam em relação à Lei nº 1.234/50, não há óbice à aplicação no D.F. dos demais dispositivos do Decreto nº 22.361, de 2001.

31. Por conseguinte, sugere uniformização de entendimento, com base no seguinte raciocínio:

51.A Lei nº 1.234/50 estabeleceu um caráter transitório à gratificação de Raios X, **percebida na atividade**, pois fixa que a mesma somente será devida aos servidores em atividade, **que operem de forma direta e habitual junto a fontes de emanção**, ressaltando apenas os afastamentos em virtude de licenças para tratamento de saúde, à gestante e nos casos de moléstia adquirida em razão do exercício dessas funções, conforme já mencionado. Essas disposições não foram revogadas e não há permissivo legal para se incorporar a referida vantagem à remuneração da atividade. O legislador, por meio da Lei nº 4.345/64 (art. 34), alterada pela Lei nº 6.786/80, autorizou a incorporação dessa gratificação apenas no momento da passagem para a inatividade (fls. 256/258).

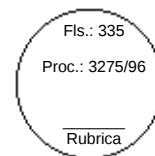
52.Dessa forma, entende-se que, embora o servidor adquira o direito a uma fração da gratificação de Raios X (1/10 – um décimo) ao completar um ano de serviço em atividades com risco de irradiação, somente poderá exercê-lo no momento da passagem para a inatividade.

53.Se assim não o fosse, por tratar-se de atribuições com alto risco de lesões orgânicas e funcionais, razão pela qual o percentual dessa gratificação foi fixado inicialmente em 40% (quarenta por cento), provavelmente ao incorporar essa vantagem os servidores deixariam de exercê-las, o que seria prejudicial tanto para a continuidade do atendimento à população quanto para os cofres públicos.

54.Com relação ao direito do servidor ser anterior à data de incorporação dessa parcela, cite-se parte do Relatório, referente ao Recurso Extraordinário nº 115131, interposto contra o pagamento da gratificação de Raios X pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS ao Supremo Tribunal Federal (fls. 243/249):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Como bem asseverou o MM. Juiz Federal (fls. 42), “pouco importa que o Autor não tenha sido oficialmente, designado pelo Réu para trabalhar com Raios X; o que é irrefutável, e o Réu não o contesta, é que ele trabalhou, por mais de 15 (quinze) anos, nessa atividade e, portanto, adquiriu direito ao benefício reclamado” (Grifos do original).

*Por outro lado, a alegada vedação contida no preceito constitucional (art. 102, § 2º) não merece prosperar, uma vez que o apelado, **quando de sua aposentadoria, em 12.08.82, já fazia jus à incorporação da referida gratificação.** (Grifo).*

55. Então, para as incorporações efetivadas antes de 01.01.1992, data da recepção no DF da Lei nº 8.162/91, as frações de décimos da gratificação de Raios X, incorporáveis aos proventos, devem ser calculadas sobre o percentual vigente naquela data, ou seja, o de 40%, equivalente a 4% do vencimento básico do servidor por ano de efetivo exercício em atividade com risco de contaminação radioativa, devendo a mesma ser recalculada em 01.01.92, por força do disposto no art. 13 da Lei nº 8.162/91, que reduziu o percentual dessa gratificação para 10%.

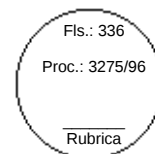
56. A partir de 01.01.92, a gratificação de Raios X deve corresponder a duas parcelas, seja na atividade ou na inatividade. **Uma**, correspondente à gratificação de Raios X propriamente dita (10% do vencimento básico se na atividade, ou frações de décimos desse percentual por ano de exercício de atividade com risco de radiação, se na inatividade). E **a outra**, referente à diferença porventura existente de valor, resultante da aplicação do disposto no art. 13 da Lei nº 8.162/91, equivalendo, **se na ativa**, ao percentual de 30% do vencimento básico de janeiro de 1992 (acrescidos dos reajustes gerais concedidos aos servidores distritais para a manutenção desse valor), ou, **se inativo ou quando da incorporação dessa vantagem aos proventos** (que deve ser feita nos moldes preconizados no art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80), a frações decimais desse valor por ano de exercício dessas atividades (3% por ano).

57. Do parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91, entende-se que foi assegurado ao servidor incorporar não toda a VPNI (30% = 40% - 10%), mas apenas frações de décimos dessa vantagem, por ano de exercício de atividade junto a fonte de emanção (30% dividido por 10 anos = 3% ao ano), relativas ao tempo de serviço prestado nessas condições em data anterior a 01.01.92, ou ao exercício após essa data, enquanto percebendo essa VPNI, pois, caso contrário, incorreria no absurdo de um servidor, com menos de um ano de atividade com risco de contaminação radioativa, perceber o percentual de 30% de VPNI, não obstante não ter direito a incorporar nem um décimo da gratificação de Raios X, o que contrariaria o caráter transitório dado à gratificação em comento pela Lei nº 1.234/50.

58. Portanto, a redução de percentual da gratificação de Raios X de 40% para 10% somente alcançou os servidores que foram designados para o exercício de atribuições com risco de irradiação a partir de 01.01.92, ou



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



aos que interromperam o exercício dessas atividades após essa data, o que é justo, haja vista que o servidor, ao concordar em assumir tais atividades, conhece os novos percentuais pagos a título de recompensa pela prestação do serviço (art. 13, da Lei nº 8.162/91), podendo optar em aceitar ou não desempenhar tais atividades.

59. Vale destacar que a Lei nº 8.270/91, aplicável na área federal, é similar à Lei nº 8.162/91 no tocante à gratificação de Raios X, conforme já mencionado. Consigne-se que o TCU, nos termos do Acórdão 1730/2006 – Primeira Câmara, adotado no Processo 017.628/2003-4, entendeu que o valor referente à redução de percentual da gratificação de Raios X, assegurado na forma de VPNI pela Lei nº 8.270/91, é incorporável aos proventos de aposentadoria em valor correspondente à frações decimais por ano de atividade junto a fontes de irradiação, devendo esse valor desvincular do vencimento básico a partir de então por se tratar de VPNI.

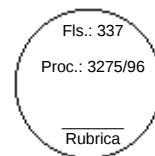
60. Dos contra-cheques analisados, juntados aos autos às fls. 230/234 e 279/283, verifica-se que, no âmbito distrital, a VPNI inerente a gratificação de Raios X não corresponde aos valores pagos em janeiro de 1992 (data da aplicação local da Lei nº 8.162/91), acrescidos dos reajustes gerais a partir de então. Tampouco, os valores incorporados aos proventos a título de gratificação de Raios X ou VPNI guardam relação com os anos de exercício de atividades junto a fontes de irradiação, necessitando, portanto, de correção (vide parágrafos 31/33 deste relatório).

61. Com relação à metodologia de incorporação aos proventos da gratificação de Raios X e da VPNI a ela pertinente, em face do disposto no art. 13 da Lei nº 8.162/91 e da complexidade do assunto, apresenta-se aqui algumas situações hipotéticas, todas relativas, por uma questão didática, ao exercício por 8 anos de atividades com risco de radiação, desempenhadas, porém, em épocas distintas, lembrando que, enquanto os valores relativos à gratificação de Raios X permanecem vinculados ao vencimento básico, os apurados a título de VPNI devem ser considerados como valor a partir de seu cálculo:

- a) **servidor aposentado voluntariamente antes da vigência local da Lei nº 8.112/90**, tendo permanecido no exercício de atividades com risco de irradiação por 8 anos – até 01.01.92 faz jus a perceber 8/10 (oito décimos) do percentual de 40% do vencimento básico a título de gratificação de Raios X, ou seja ao percentual de 32%, passando a perceber, a partir dessa data, 8% do vencimento básico a título de gratificação de Raios X e o valor correspondente a 24% (8 vezes 3%) do vencimento a título de VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91;
- b) **servidor aposentado voluntariamente após 01.01.92**, tendo permanecido no exercício de atividades com risco de irradiação por 8 anos ininterruptos, dos quais 3 anos foram exercidos antes de 01.01.92 e 5, após essa data – faz jus a receber 8/10 (oito décimos) do percentual de 10%, ou seja, 8% (8 anos vezes 1%)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

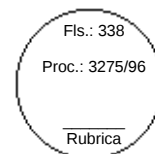


de seu vencimento básico a título de gratificação de Raios X, acrescido do valor correspondente ao percentual de 24% (8 anos vezes 3%) do vencimento inerente à VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91;

- c) **servidor aposentado voluntariamente após 01.01.92**, tendo permanecido, antes de 01.01.92, por 8 anos, no exercício de atividades com risco de irradiação, não estando, todavia, na posse dessas atribuições em 01.01.92 – em face de a gratificação de Raios X ser *propter laborem*, entende-se que a VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91 é assegurada também aos servidores que prestaram atividades com risco de contaminação radioativa em data anterior a 01.01.92, mesmo não estando no desempenho dessas atividades nessa data. Dessa forma o servidor que se encontrar na situação descrita nessa letra “c” faz jus a receber 8/10 (oito décimos) do percentual de 10%, ou seja, 8% (8 anos vezes 1%) de seu vencimento básico a título de gratificação de Raios X, acrescido do valor correspondente ao percentual de 24% (8 anos vezes 3%) do vencimento inerente à VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91;
- d) **servidor aposentado voluntariamente após 01.01.92**, tendo permanecido por 5 anos antes de 01.01.92 no exercício de atividades com risco de irradiação e por 3 anos após essa data, não estando, todavia, na posse dessas atribuições em 01.01.92 – faz jus a receber 8/10 (oito décimos) do percentual de 10%, ou seja, 8% de seu vencimento básico a título de gratificação de Raios X, acrescido do valor correspondente ao percentual de 15% (5 anos vezes 3%) do vencimento inerente à VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91, relativo aos cinco anos em que percebeu a gratificação de Raios X sobre o percentual de 40%, haja vista que, com a interrupção das atividades com risco de radiação o servidor deixa de receber, na ativa, a gratificação de Raios X, e, conseqüentemente, também a VPNI a ela pertinente. Quando retorna a essas atividades, o percentual aplicado já é o de 10%, não tendo, portanto, diferença de percentual no novo período trabalhado (no caso, 3 anos), razão pela qual entende-se que o servidor não faz jus às frações de VPNI relativas à gratificação de Raios X percebidas nesse período;
- e) **servidor aposentado voluntariamente após 01.01.92**, tendo permanecido no exercício de atividades com risco de irradiação por 8 anos, iniciando essas atribuições a partir de 01.01.92 – faz jus a receber 8/10 (oito décimos) do percentual de 10%, ou seja, 8% de seu vencimento básico a título de gratificação de Raios X. Consigne-se que o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91 não alcança os servidores que foram designados para a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



prestação de serviços com riscos de irradiação a partir da data de sua vigência.

62.Quanto à data de apuração do valor da VPNI em comento, observa-se que a ausência de dados informatizados relativos à classificação funcional de servidores em 01.01.92, os planos de estabilização da moeda adotados, as várias alterações salariais ocorridas, as reestruturações nas carreiras, a complexidade para adequar o sistema de pagamento e, sobretudo, o custo processual para verificação desse valor (seja no momento da análise de aposentadorias, pensões e revisões ou quando da realização de auditorias) inviabilizam, em face do longo tempo decorrido (mais de 15 anos), o cálculo dessa vantagem na data da aplicação local da Lei nº 8.162/91, ou seja, em janeiro de 1992.

63.Portanto, entende-se que o valor da referida VPNI **deve ser apurado com base no vencimento básico percebido na data da decisão que vier a ser adotada nestes autos e, a partir desse marco, deverá ser atualizada, exclusivamente, com base nos reajustes gerais concedidos aos servidores distritais.**

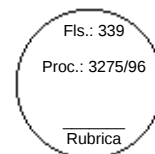
64.Por derradeiro, para a verificação da legalidade da incorporação da gratificação de Raios X e da VPNI a ela pertinente aos proventos de aposentadoria, é indispensável a declaração do setor competente, indicando o período em que o servidor operou de forma direta e permanentemente com Raios X e substâncias radioativas, próximo às fontes de irradiação, não sendo necessário, contudo, a inclusão da legislação pertinente ao assunto no fundamento legal da aposentadoria.

32. Nesse sentido, são as sugestões de fls. 310 a 313²⁰.

²⁰ Pelo exposto sugere-se ao Plenário: I) levantar o sobrestamento destes autos, ocorrido por força da Decisão TCDF nº 1131/98 (fl. 221); II) fixar o entendimento de que: a) os dispositivos da Lei nº 8.162/91 que alteram ou complementam a Lei nº 8.112/90, dentre eles o art. 13, relativo à gratificação de Raios X, se aplicam neste Distrito Federal, por força do contido no art. 5º da Lei local nº 197/91; b) a Lei Federal nº 8.270/91, por ser superveniente à Lei local nº 197/91, carece de legislação distrital para ser aplicável ao DF, uma vez que decreto (no caso o de nº 22.362/2001) não é o meio apto a promover tal recepção; c) não há óbice à aplicação neste Distrito Federal do Decreto nº 22.362, de 2001, ressalvando o disposto nos artigos 7º e 8º, que restringem direitos concedidos pela Lei nº 1.234/50, e ainda a expressão “*regulamentados pelo art. 12 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991*”, contida no art. 1º desse Decreto, pois, excetuando tais dispositivos, os demais guardam consonância com a legislação vigente no DF, relativa à gratificação de Raios X; III) determinar aos órgãos jurisdicionados que: a) para o pagamento da gratificação de Raios X e da VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91, observem as seguintes orientações: 1) quanto à gratificação de Raios X: 1.1) até 31.12.91 a gratificação de Raios X, bem como as frações de décimos dessa gratificação, incorporada aos proventos, tem por base de cálculo o percentual de 40% do vencimento básico do servidor; 1.2) a partir de 01.01.92, em face do disposto no art. 13 da Lei nº 8.162/91, combinado com o art. 68 da Lei nº 8.112/90: 1.2.1) a gratificação de Raios X, enquanto na atividade, corresponde ao percentual de 10% do vencimento básico do servidor; 1.2.2) a gratificação de Raios X já incorporada aos proventos de aposentadoria, ou a ser incorporada quando da inativação, corresponde à fração de um décimo do percentual de 10% do vencimento básico do servidor por ano de atividades exercidas junto a fontes de irradiação, nos termos do art. 34, da Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



33. Em Parecer nº 956/2007-MF (fls. 317 a 325), o Ministério Público assim se manifesta:

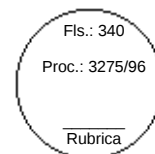
9.De fato, a controvérsia inicialmente suscitada pelo ilustre e saudoso signatário da exordial há muito já não se faz presente, pois consolidado o entendimento nos diversos graus de jurisdição, de âmbito local e nacional, sobre a natureza privativa da competência do Distrito Federal para legislar sobre os seus servidores públicos, assim como a impossibilidade de aplicação, no plano local, de lei federal posterior ao advento da Lei nº 197/91, salvo por expressa iniciativa e anuência de seus Poderes constituídos.

10.Sob tal premissa, **como a Lei Federal nº 8.270 data de 17.12.1991, posterior, portanto, à edição da referida Lei Distrital, conclui-se que não foi por aquela contemplada.** Decerto, não poderia a norma local recepcionar lei ainda inexistente no mundo jurídico. Logo, a aplicação do citado diploma federal no DF reclamaria lei local específica, o que não ocorreu. **Entendimento convergente, inclusive, já havia sido externado pela Decisão nº 980/1999**, quando esta Corte determinou a órgão jurisdicionado *“rever a forma de pagamento do adicional de periculosidade, para adequá-lo à legislação efetivamente em vigor, haja vista que os dispositivos da Lei nº 8.270/91 só seriam aplicáveis se a mesma fosse recepcionada no âmbito do Distrito Federal”*.

nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80; 2) quanto à VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91: 2.1) **para os servidores em atividade**, que estavam no exercício de atribuições com risco de contaminação radioativa em 01.01.92, enquanto no exercício dessas atividades, a VPNI deve corresponder ao valor referente ao percentual de 30% do vencimento básico do servidor, observando o contido no número 2.4 deste item; 2.2) **para os aposentados**, a VPNI incorpora-se aos proventos de aposentadoria, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80, e corresponde ao valor das frações decimais da diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emissão em data anterior a de 01.01.92 bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta, devendo-se observar, ainda, o contido no número 2.4 deste item; 2.3) a VPNI não é devida aos servidores que iniciaram atividades com risco de contaminação radioativa a partir de 01.01.92; 2.4) o valor da referida VPNI deverá ser apurado com base no vencimento básico percebido na data da decisão que vier a ser adotada nestes autos e, a partir desse marco, deverá ser atualizada, exclusivamente, com base nos reajustes gerais concedidos aos servidores distritais; b) corrijam o valor da gratificação de Raios X e da VPNI a ela pertinente, pagas em desacordo com as orientações aqui traçadas: IV) tolerar os pagamentos da gratificação de Raios X e da VPNI a ela inerente, efetuados em desacordo com o entendimento a ser fixado pelo Tribunal no presente feito; V) dar ciência da deliberação que vier a ser prolatada neste feito a todos jurisdicionados, em especial ao órgão de controle interno e às Secretarias de Saúde e de Gestão Administrativa do Distrito Federal, encaminhando-lhes cópia da presente instrução; VI) determinar: a) a dispensação do Processo nº 1568/98; b) o arquivamento destes autos, bem como do Processo nº 1568/98, tendo em conta o entendimento já consolidado de que leis federais, relativas a servidores públicos e sua remuneração, editadas após a Lei Distrital nº 197/91, carecem da chancela do legislativo local para serem aplicadas ao DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



11. Em relação à Lei nº 8.162, de 08.01.1991 (fl. 267), apesar de algumas alterações promovidas no Regime Jurídico aqui recepcionado, **este órgão ministerial compreende que não se lhe deva imprimir a repercussão aventada pelo diligente corpo instrutivo, em especial, quanto ao trato da retribuição pecuniária devida aos servidores distritais ativos, inativos e pensionistas, pelo exercício com atividades de raios-X ou substâncias radioativas.**

12. Cumpre ressaltar que a **sobredita gratificação sempre teve disciplinamento específico no âmbito do Distrito Federal. De início, conforme artigo 8º do Decreto-lei nº 1.462/76²¹, promulgado à época pelo Presidente da República, determinou-se expressamente a fixação de seu percentual em 40% (quarenta por cento) do vencimento, de conformidade com a Lei nº 1.234/50, que a instituiu para os servidores da União.**

13. Citada retribuição manteve-se pelo Decreto nº 4.941/79 (fls. 274/275), que regulamentou inteiramente a matéria em sede local, e, mais adiante, pelo Decreto-lei nº 1.883/81²², ainda aprovado pelo Executivo Federal, cujo artigo 1º, parágrafo único, assim estabelece: *“O adicional de insalubridade por trabalhos com Raios X ou substâncias radioativas continuará a ser deferido nos termos do artigo 8º do Decreto-lei nº 1.462, de 29 de abril de 1976, e nas demais normas em vigor na data de vigência deste Decreto-lei.”*

14. Em 1989, a União editou a Lei nº 7.923/89 que, ao passo de estabelecer reajuste aos servidores federais, reduziu o percentual da gratificação em comento para 10% (dez por cento) – art. 2º, § 5º, V (fls. 260/264). Enfrentou, por conta disso, inúmeras demandas judiciais, as quais restaram infrutíferas aos impetrantes, uma vez que o Judiciário entendeu respeitado o princípio da irredutibilidade de vencimentos na alteração dos critérios remuneratórios definida pela norma atacada (fls. 239/241).

15. A seu turno, o **Governo local** decidiu estender a vantagem aos servidores das fundações públicas (então convertidos ao regime jurídico dos demais servidores distritais, na ocasião, a Lei nº 1.711/52) e, expressamente, **mantê-la fixada em 40%**, editando para esse fim o Decreto nº 12.660/90, cuja vigência teve início em 21 de setembro daquele ano (fl. 278v).

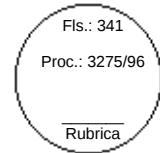
16. Deflui-se, em primeira constatação, que **a redução operada em âmbito federal não foi seguida pelo Executivo Distrital naquela oportunidade por mera opção, pois já se encontrava investido de competência exclusiva para legislar sobre determinadas matérias, entre as quais se destacam a instituição do regime jurídico de seus servidores e**

21 Reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis do Distrito Federal e dos Membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.

22 Dispõe sobre a concessão de adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores públicos civis do Distrito Federal, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



disposições a respeito de remuneração e vantagens, prerrogativa assegurada por força da autonomia política, administrativa e financeira conferida ao Distrito Federal pela CF/88.

17. Mais adiante, adveio a Lei nº 8.112/90, prevendo na parte concernente a direitos e vantagens dos servidores por ela albergados o adicional sob enfoque (artigo 68), **para cuja concessão deveriam ser observadas as situações estabelecidas em legislação específica, a teor do artigo 70.**

18. Por meio da Lei Distrital nº 197/91, ficou determinado que, a partir de janeiro de 1992, os servidores do Distrito Federal seriam regidos pela Lei nº 8.112/90 e **legislação complementar. Esta última expressão, como já assentado, não pode se referir à legislação futura de âmbito federal, mas tão-somente àquela preexistente quando da edição da lei local, pois, a partir daí, é de se preservar a sua autonomia, só se concebendo que a própria Entidade legisle a respeito.**

19. Assim, neste momento, cinge-se a dúvida quanto à aplicabilidade, em nível local, das alterações promovidas pela Lei nº 8.162/91, pois anterior à Lei nº 197/91, **tendo repercutido no pagamento da gratificação de raios-X dos servidores da União, mantendo o percentual de 10% estabelecido pela Lei nº 7.923/89, e assegurando àqueles que a percebiam nos termos de legislação anterior a concessão de diferença a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.**

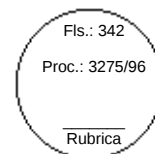
20. Ao sentir do *Parquet*, **o alcance da citada expressão "legislação complementar" não está confinado às normas oriundas da esfera federal preexistente à edição da Lei nº 197/91.** Não se pode olvidar que, até então, os servidores civis distritais eram regidos pela Lei nº 1.711/52 e, igualmente, legislação complementar, por força da Lei nº 3.751/60, tendo alguns direitos e vantagens disciplinados por normativos específicos, em complemento ao regime jurídico recepcionado, o que nem sempre guardava conformidade com os destinados aos paradigmas federais. Foi o que aconteceu com a Gratificação de Raios-X.

21. Forçoso concluir, dessarte, que **as normas contidas nos Decretos-lei nºs 1.462/76 e 1.883/81, no que pertine à concessão da sobredita vantagem aos servidores civis distritais, com regulamentação própria pelos Decretos nºs 4.941/79 e 12.660/90, não foram derogadas com o advento da Lei local nº 197/91 e, por conseguinte, substituídas pela Lei nº 8.162/91. Ao contrário, com a nova ordem distrital evidenciam-se em flagrante harmonia, suplementando-a naquela matéria específica, conforme previsto no artigo 70 do RJU, o que, com as devidas vênias a juízo diverso, torna afastada a tese de incidência local da alienígena Lei nº 8.162/91, ao menos quanto a sua repercussão sobre a Gratificação de Raios-X, preservando, em contrapartida, a autonomia do Distrito Federal a respeito.**

22. De se assentar, pois, que **aos servidores distritais subsiste o percentual de 40% (quarenta por cento) referente à gratificação sob enfoque, com esteio no arcabouço normativo acima discriminado,**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



enquanto não revogado por lei local, ante a competência privativa do Distrito Federal para legislar em matéria de administração de seu pessoal a partir da promulgação da Carta Magna.

23.Com respeito ao **Decreto Distrital nº 22.362/01**, que mereceu detida análise pelo órgão técnico, algumas observações são necessárias, sobretudo por conta da conclusão anteriormente esposada.

24.Referido normativo visou regulamentar a concessão dos adicionais de insalubridade, de periculosidade, de radiação ionizante e da gratificação por trabalhos com raios-X ou substâncias radioativas, aos servidores públicos civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal. Nesse propósito, **reportou-se à Lei nº 8.270/91, como se a recepcionasse em sede local, revogando, ainda, disposições contrárias, em especial, os Decretos nºs 4.941/79 e 12.660/90.**

25.É especialmente interessante restringir a presente análise à **gratificação radiológica, porquanto ainda passível de incorporá-la aos proventos de inatividade e compor os estipêndios pensionais, por força do art. 1º, parágrafo único, do Decreto-lei nº 1.883/81, que determinou a aplicação de normas federais então vigentes permissivas à incorporação (Lei nº 4.345/64, com a redação dada pela Lei nº 6.786/80).** Nesse particular, importa rememorar orientação de natureza normativa adotada no Processo nº 295/2000²³, ex vi da Decisão nº 2.192/2002, *verbis*:

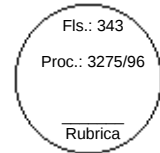
"(...) II – fixar entendimento uniforme sobre a incorporação aos proventos de aposentadoria e a inclusão aos benefícios pensionais das vantagens consideradas transitórias, na forma a seguir consignada: (...); **a.4) a Gratificação de Raio X incorpora-se: a.4.1) aos proventos de aposentadoria (Leis nºs 1234/50, 6786/80, Decreto-Lei nº 1883/81 e Decreto nº 12.660/90), de forma integral ou proporcional, nas condições estabelecidas nessas normas; a.4.2) à pensão, na seguinte forma: a.4.2.1) se o servidor falecer na inatividade, o valor a ser pago aos pensionistas corresponderá à parcela já incorporada aos proventos; a.4.2.2) se o servidor falecer em atividade, o valor será pago integralmente aos pensionistas; (...).**"
(grifei)

26.No tocante às disposições contidas no **Decreto nº 22.362/01**, divisam-se **dois pontos controversos. O primeiro consiste no fato de que essa norma afigura-se meio inapto a recepcionar, no âmbito distrital, lei federal superveniente à edição da Lei nº 197/91, no caso, a Lei nº 8.270/91.** Esse também foi o posicionamento esposado em outra oportunidade pela ilustre Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, ao oficial nos autos de nº 1543/2002.

23 Estudo realizado pela 4ª ICE voltado a divulgar junto aos órgãos jurisdicionados quais parcelas poderiam compor proventos de aposentadoria e pensão, discriminando o respectivo fundamento legal, bem assim aquelas que não poderão fazer parte dos referidos proventos, em virtude de ausência de amparo legal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



27. Segundo, considerando a tese de que o percentual (de 40%) da gratificação de raios-X aplicável aos servidores civis distritais tem amparo no Decreto-lei nº 1.883/81, lei em sentido formal, portanto, não poderia ser reduzido por norma de hierarquia inferior, como determinado no artigo 5º do supradito Decreto nº 22.362/01, que fixa em 10% o adicional, a despeito de ter previsto compensação da diferença, a título de VPNI, aos servidores que permanecessem expostos às condições de trabalho que lhe tenham dado origem. Se isso ocorresse, seria admitir o absurdo de que ato normativo inferior modifica superior, invertendo a pirâmide da hierarquia das normas.

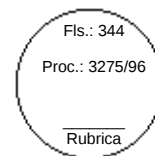
28. Nesse sentido, enfim, para que se possa compreender válido o Decreto nº 22.362/01, em harmonia com o previsto no Decreto-lei nº 1.883/81, norma que ainda subsiste em âmbito local, salvo melhor juízo, devem ser desconsideradas as prescrições que remetam à Lei nº 8.270/91 e a que alude à fixação do percentual da gratificação de raios-X e concessão de VPNI, além daquelas que contrariam o disposto no artigo 4º, alínea "b", da Lei nº 1.234/50, a par das considerações ofertadas pela unidade técnica, com as quais concorda o *Parquet*.

29. Por todo o exposto, em parcial harmonia com as conclusões da zelosa Inspetoria, o Ministério Público é de opinião que o egrégio Plenário adote as seguintes providências, sobretudo considerando o entendimento consolidado nos diversos graus de jurisdição, de âmbito local e nacional, sobre a natureza privativa da competência do Distrito Federal para legislar sobre a instituição do regime jurídico de seus servidores e disposições a respeito de remuneração e vantagens, prerrogativa assegurada por força da autonomia política, administrativa e financeira conferida ao Distrito Federal pela CF/88:

- I) levantar o sobrestamento que pesa sobre estes autos, determinado pela Decisão nº 1.131/1998;
- II) deliberar no sentido de que:
 - a) as matérias alusivas aos servidores públicos distritais que, após a edição da Lei nº 197/91, tenham sido alvo de alterações na esfera do Poder Executivo Federal, mas não adotadas por medida legislativa local, a exemplo da Lei nº 8.270/91, devem ser analisadas e decididas com base na legislação (federal ou distrital) então vigente;
 - b) subsiste aplicável aos servidores civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal o percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, a título de gratificação por trabalho com Raios-X ou substâncias radioativas, nos termos dos Decretos-lei nºs 1.462/76 e 1.883/81 e Decreto nº 12.660/90, normativos esses complementares à Lei local nº 197/91;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



- c) a aplicação do Decreto Distrital nº 22.362/01 deve ser feita em consonância com o arcabouço jurídico discriminado na alínea "b" anterior, ou seja, com prejuízo à eficácia normativa dos artigos 5º (por ser matéria sob reserva legal – fixação do percentual da Gratificação de Raios-X e concessão de VPNI), 7º e 8º (por contrariarem direitos previstos na Lei nº 1.234/50, recepcionada pelo Decreto-lei nº 1.462/76), desconsiderando, ainda, as alusões à Lei nº 8.270/91, em face do entendimento fixado na alínea "a" supra;
- III) orientar os órgãos jurisdicionados para que associem os entendimentos antes expostos com o item II, subalínea "a.4", da Decisão nº 2.192/2002 (Processo nº 295/2000), promovendo as medidas corretivas cabíveis em relação aos servidores civis e pensionistas alcançados, se necessário, informando nas respectivas fichas funcionais e/ou financeiras as alterações porventura implantadas, atentando, em todo caso, para a prescrição quinquenal relativa a eventuais passivos financeiros;
- IV) dar ciência da deliberação que vier a ser prolatada neste feito ao Exmº Sr. Governador, à Câmara Legislativa e à Corregedoria Geral do Distrito Federal; e
- V) em face do juízo exposto no item "II.a" anterior, considerar prejudicado o questionamento suscitado na representação autuada no apenso Processo nº 1568/1998, visto que a norma nela enfocada (Lei nº 9.527/97) não foi expressamente recepcionada nesta unidade federativa, devendo ser determinado seu arquivamento, assim como destes autos.

34. É o relatório.

VOTO

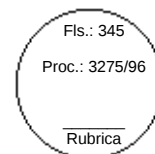
35. Perfilho o entendimento segundo o qual a aplicação da Lei nº 8.112/90²⁴ aos servidores públicos do Distrito Federal, por força do artigo 5º²⁵

²⁴ Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

²⁵ Art. 5º - A partir de 01 de janeiro de 1992, aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



da Lei nº 197/91²⁶, implica a recepção da respectiva legislação federal vigente até 31.12.1991, sob pena de usurpar-se o DF de sua autonomia constitucional²⁷.

36. Essa recepção dá-se nos limites da expressão *no que couber*, em face da preexistência de normas distritais específicas, que só foram revogadas pela legislação federal, quando tratavam do mesmo tema.

37. Nesse sentido, manifestei-me no Processo n 3746/97, de minha relatoria. Nos autos de nº 3515/99²⁸, 75/95²⁹ e 7061/93³⁰ o encaminhamento foi o mesmo.

38. Em face disso, considerando correta a recepção da Lei nº 8.270/91, que entrou em vigor na data de sua publicação³¹ (DOU de 19.12.91, retificada em 20.12.91 e em 24.12.91), tenho por pacificada a discussão relativa à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, haja vista o que a própria Inspeção reconhece, *verbis*:

41. Do cotejo do art. 12 da Lei nº 8.270/91 com o art. 13 da Lei nº 8.162/91, constata-se que ambas fixam o percentual da gratificação de Raios X em 10%, mantendo, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), a diferença porventura resultante da aplicação das referidas normas legais, para aqueles servidores que percebiam a mencionada gratificação nos termos de legislação anterior. A Lei nº 8.270/91 acrescenta que a diferença resultante será mantida, apenas, para aqueles servidores que permaneçam expostos à situação de trabalho que tenha dado origem à referida vantagem, e que a essa parcela aplicar-se-á os mesmos percentuais de revisão ou antecipação de vencimentos.

42. Embora o art. 13, parágrafo único, da Lei nº 8.162/91, não especifique em seu texto que a parcela VPNI somente será devida aos que permanecerem em operações com riscos de irradiação, essa é a melhor interpretação a ser dada a esse dispositivo, haja vista o estabelecido no art. 4º, da Lei nº 1.234/50, que confere à gratificação de Raios X, percebida na atividade, um caráter transitório ao determinar que não farão jus à referida vantagem os servidores que **se afastarem, por quaisquer**

8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa.

26 Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral de remuneração dos servidores públicos, altera vencimentos básicos das carreiras que menciona e dá outras providências.

27 Suspensão de Segurança nº 768-8/DF.

28 Relator: Conselheiro Jorge Caetano.

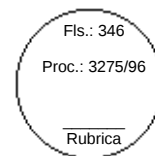
29 Relator: Conselheiro-Substituto José Roberto de Paiva Martins.

30 Relator: Auditor José Roberto de Paiva Martins.

31 Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1991, exceto o art. 2º, que vigora a partir de 1º de novembro de 1991.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



motivos, do exercício das mencionadas atribuições, **ressalvando** apenas os casos de licença para tratamento de saúde, licença à gestante ou no caso de moléstia adquirida em razão do exercício dessas funções. Vale mencionar que o dispositivo da Lei nº 1.234/50 citado, transcrito a seguir, ainda produz efeitos legais, uma vez que não foi revogado (fl. 254/255). (sublinhei)

39. Entretanto, reconheço não ser pacífico esse entendimento, mesmo porque o próprio Tribunal deliberou em sentido contrário a esse raciocínio (Decisão nº 980/99).

40. Tendo isso em conta, trago à baila jurisprudência abaixo destacada, apenas para demonstrar as divergências na compreensão da matéria:

a) Classe do Processo: 20040020084597ADI DF

Registro do Acórdão Número: 273971

Data de Julgamento: 23/01/2007

Órgão Julgador: Conselho Especial

Relator: EDSON ALFREDO SMANIOTTO

Publicação no DJU: 16/07/2007 Pág.: 119

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.094, DE 20 DE AGOSTO DE 2004. CONSOLIDAÇÃO DE NORMAS ATINENTES AO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DA NORMA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O Decreto Legislativo nº 1.094/04, de iniciativa parlamentar, no intuito de consolidar o texto da Lei nº 8.112/90, incorporado ao ordenamento jurídico distrital por força do art. 5º da Lei Distrital nº 197/91, acabou por trazer regras exorbitantes aos limites legalmente impostos quando da consolidação de atos normativos, acarretando em inovação legislativa de matéria cuja reserva de iniciativa pertence ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 71, § 1º, II, da Lei Maior do Distrito Federal.

2. Acolhe-se o pedido para reconhecer a inconstitucionalidade formal do Decreto Legislativo nº 1.094, de 20 de agosto de 2004, em sua totalidade, com efeito *ex tunc* e eficácia *erga omnes*, frente aos artigos 53, *caput*, 60, X e 71, §1º, II, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

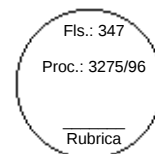
[...]

“DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.094, DE 2004.

(Autoria do Projeto: Deputado Paulo Tadeu)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Consolida o texto da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicável ao Distrito Federal na forma da Lei nº 197, de 4 de dezembro de 1991.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal DECRETA:

Art. 1º Fica consolidado, na forma anexa a este Decreto Legislativo, o texto da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicável ao Distrito Federal na forma da Lei nº 197, de 4 de dezembro de 1991.

Parágrafo único. O texto básico da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para a consolidação, levando-se em conta as reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, é o que estava vigendo em 4 de dezembro de 1991, ressalvados os textos de dispositivos que:

I – se encontravam, nessa data, tratados de forma diversa nas leis distritais;

II – posteriormente a essa data, foram, expressa ou tacitamente, afastados por leis distritais que passaram a disciplinar a matéria;

III – sofreram alterações por leis federais posteriores expressamente adotadas no Distrito Federal por leis locais.

Art. 2º Os vocábulos e expressões relacionados com os Poderes, órgãos ou autoridades da União ficam substituídos pelos vocábulos ou expressões correspondentes aplicáveis ao Distrito Federal.

Art. 3º Fica suprimido da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o texto dos dispositivos cuja matéria esteja integralmente tratada em lei distrital, fazendo-se referência, entre parênteses, a essa situação.

Art. 4º Ficam insertas no texto da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, as alterações promovidas por lei federal posterior que tenha sido expressamente adotada no Distrito Federal por lei local.

Art. 5º Juntamente com o texto da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, consolidado na forma deste Decreto Legislativo, serão publicados os textos das leis distritais que disponham sobre matérias atinentes ao regime jurídico dos servidores públicos distritais.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

[...]

VOTOS

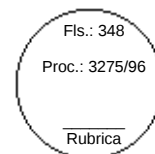
O Senhor Desembargador - EDSON ALFREDO SMANIOTTO – Relator.

Senhor Presidente,

[...]



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



O Decreto Legislativo nº 1.094/04, de iniciativa parlamentar, procurou consolidar o texto da Lei nº 8.112/90, incorporado ao ordenamento jurídico distrital por força do art. 5º da Lei distrital nº 197/91³².

[...]

Conquanto a Câmara Legislativa do Distrito Federal tenha realizado um laborioso trabalho ao promover a compilação de inúmeras normas atinentes aos servidores públicos do Distrito Federal, bem como suas alterações e atualizações, o Decreto Legislativo acabou por trazer regras exorbitantes aos limites legalmente impostos quando da consolidação de atos normativos, acarretando em inovação legislativa de matéria cuja reserva de iniciativa pertence ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 71, § 1º, II, da Lei Maior do Distrito Federal.

[...]

[...] ao restringir a aplicação da Lei nº 8112/90 ao cenário distrital, ante a ressalva dos textos de dispositivos tratados de forma diversa por leis locais, bem como daqueles cuja matéria encontra-se integralmente tratada em legislação distrital, alterou-se o alcance da força normativa dos dispositivos consolidados.

[...]

Destaca-se que a Lei distrital nº 197/91, ao aplicar aos servidores públicos do Distrito Federal o teor da Lei Federal, revoga expressamente, em seu art. 10, as disposições que a contrariam³³.

Ressalte-se que, consoante a redação do art. 5º da Lei nº 197/91³⁴, aplicam-se as disposições da Lei nº 8.112/90 aos servidores públicos distritais *“a partir de 01 de janeiro de 1992”*. **Como a legislação federal foi alterada pela Lei nº 8.270/91, publicada no Diário Oficial da União de 19/12/91, deduz-se que tal modificação foi recepcionada pela referida Lei Distrital. A redação do parágrafo único do art. 1º do Decreto Legislativo nº 1.094/04 não está em conformidade com esse entendimento.**

Sobre o tema, andou bem o douto Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ao asseverar:

“De fato, o artigo 1º, parágrafo único e inciso I, e o artigo 3º do decreto impugnado estabelecem regras de consolidação que exorbitam os limites a serem observados em qualquer sistematização, subvertendo, inclusive, normas consagradas de

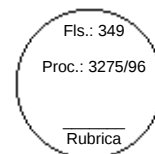
32 Art. 5º, da Lei nº 197, de 04/12/1991-DF, que determina a aplicação da LEI Nº 8.112, DE 11/12/1990, provisoriamente.

33 Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

34 Art. 5º - A partir de 01 de janeiro de 1992, aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa. (destacado)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



vigência legislativa. (...) Isso porque tal disposição busca tornar sem efeito as **consequências legais já operadas quando da adoção da Lei 8.112/90 no âmbito do Distrito Federal, em dezembro de 1991, momento em que todas as normas distritais anteriores que tratavam de matéria afeta ao regime jurídico dos servidores públicos foram tacitamente revogadas.** (...) Assim, esta revogação expressa das leis distritais anteriores jamais poderia ter sido desconstituída pelo decreto ora impugnado. Constatado isso, surge de forma nítida a significativa inovação legislativa operada no regime jurídico dos servidores públicos distritais (...).” (fls. 48 – destaques no original)

Em sentido contrário, **poder-se-ia argumentar que a Lei distrital nº 197/91, em seu art. 5º, mandou aplicar ao Distrito Federal a Lei nº 8.112/90 tão-somente “no que couber”, devendo prevalecer a regra local em detrimento da federal:**

“Art. 5º - A partir de 01 de janeiro de 1992, aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e legislação complementar, até a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa.” (destacado)

Tenho, no entanto, que **a expressão “no que couber” não tem o condão de impedir a revogação tácita das normas distritais que se encontravam regulamentadas de forma diversa da Lei nº 8.112/90, eis que o escopo da implementação dessa norma federal no âmbito distrital encontra-se na uniformização do regime dos servidores públicos que se encontram em situações fáticas e jurídicas semelhantes.**

O que o referido art. 5º veda é a imposição de regras federais para situações locais próprias que não comportam tal adequação. **Importa em inovação dizer que só será recepcionado pelo ordenamento jurídico distrital as normas federais naquilo que não for contrário ou previamente tratado na seara distrital.**

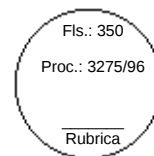
[...]

Não se pode, em sede de compilação normativa, a partir de uma interpretação indutiva³⁵, formular normas abstratas e de alcance genérico, alterando o regramento disposto em lei. **Tal interpretação, bem como sua normatização, pode ser perigosa, diante das oscilações jurisprudenciais, próprias de um sistema dinâmico como o nosso, em que o “engessamento” é repudiado, e da amplitude das normas dispostas na presente compilação, uma vez que o ponto de vista do compilador pode não coincidir com o dos aplicadores da lei.**

35 Indução: Raciocínio cujas premissas têm caráter menos geral que a conclusão. Dicionário eletrônico Aurélio – Século XXI.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Assim, a supressão dos dispositivos da Lei nº 8.112/90 não recepcionados pela Lei 197/91, apesar de posteriores às normas distritais que versam sobre a mesma matéria, funcionaria como uma revogação tácita “às avessas” da legislação federal, trazendo, ínsita, modificações nas regras que compõem o regime dos servidores públicos do Distrito Federal.

Tais alterações refogem ao escopo do instituto da consolidação das leis, que consiste em tornar sua consulta acessível aos cidadãos, nos termos do art. 60, X da LODF, bem como da Lei Complementar nº 13, de 03 de setembro de 1996³⁶, que estabelecem, *in verbis*:

[...]

Destarte, tem-se que a sistematização *sub examine*, aprovada pela Câmara Legislativa, sem a observância do procedimento legislativo ordinário, ultrapassou os limites próprios do instituto, à consideração das significativas modificações no regramento dos servidores públicos distritais, demonstrando a presença de atividade legiferante inovadora que acabou por macular o referido decreto com vício formal.

Neste íterim, cumpre asseverar que o ato normativo em comento, de autoria parlamentar, ao inovar sobre matéria atinente aos servidores públicos do Distrito Federal, incorre em inconstitucionalidade formal subjetiva, visto que a competência para tanto é privativa do Governador do Distrito Federal, como fixado pela LODF em seu art. 71, § 1º, II, *verbis*:

[...]

Assim, havendo inovação legislativa de matéria afeta privativamente ao Governador do Distrito Federal, inevitável a ingerência do presente Decreto Legislativo, de autoria parlamentar, em vício de iniciativa.

Neste ponto, peço destaque com relação à inconstitucionalidade formal, no sentido de analisá-la, primeiramente, tendo em vista o posicionamento desta Corte Especial, no sentido de que a declaração da inconstitucionalidade formal, que extirpa a lei, por inteiro, do mundo jurídico, torna desnecessária a análise da inconstitucionalidade material (v.g. ADI 20030020033687).

Com estas considerações, acolho o pedido para reconhecer a inconstitucionalidade formal do Decreto Legislativo nº 1.094, de 20 de agosto de 2004, em sua totalidade, com efeito ex tunc e eficácia erga omnes, frente aos artigos 53, caput, 60, X e 71, §1º, II, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

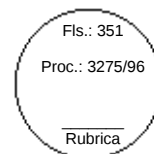
É como voto.

O Senhor Desembargador MARIO MACHADO - Vogal.

³⁶ Regulamenta o art. 69 da Lei Orgânica, dispondo sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do Distrito Federal. Art. 120 A consolidação das leis tem por finalidade tornar sua consulta acessível aos cidadãos, nos termos do que dispõe o art. 60, X, da Lei Orgânica.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Senhor Presidente, comungo do entendimento do eminente Relator.

No momento em que se editam normas que alteram a ordem jurídica, extravasando-se a competência normativa, há uma clara inovação e é ferida a competência exclusiva do Senhor Governador.

Podar uma parte do que foi feito implicaria a edição de uma nova lei, não desejada também pelo legislador. Isso poderia induzir a sociedade a uma perplexidade, pois, afinal, qual a norma que se aplicaria? Aquela consolidada, que, no todo, nem foi desejada pelo legislador, ou a norma local que conflita com a norma consolidada? Não vejo outra solução senão, pelo vício formal, invalidar toda a norma.

[...]

O Senhor Desembargador JOÃO MARIOSI – Vogal.

Senhor Presidente, além do que já tenho falado sobre o que é ação direta de inconstitucionalidade, o que é competência, o que é capacidade postulatória, esta não prevista na Constituição Federal, a única pessoa legitimada, e assim mesmo só é legitimada se houver mais um, é o Ministério Público. E aqui no caso é o Governador que não tem essa legitimação prevista na Constituição, como também não tinha prevista na Constituição para o Supremo Tribunal Federal, sendo necessária uma emenda para que o Governador fosse legitimado a fazer pedido de ação direta de constitucionalidade no Supremo. Tirante isso, é matéria vencida, requentada etc., mas, de pé e em nome da independência do Judiciário, proclamo as mesmas coisas.

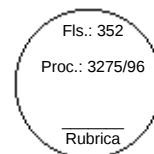
No entanto, neste caso concreto, este Tribunal é incompetente *ratione materiae*, porque está consolidando a Lei nº 8.112/90, que é lei federal, feita pelos três Poderes, na origem sob a batuta de Dorotéia Werneck. Depois de pronta, evidentemente, as mudanças que são feitas não dizem respeito a todos os servidores públicos, mas, sim, a interesses setorizados. Afinal, tal lei pode ser modificada por medida provisória, mas isso não diz respeito nem ao Legislativo nem ao Judiciário.

No caso da preguiça, no caso da ataraxia mental dos nossos representantes candangos, com a lei anterior, em vez de fazer-se um estatuto, diz-se que se aplica ao Distrito Federal, no que couber. O que é que se cabe? Qual o tamanho dessa bitola? Não se sabe.

Não julguei na decisão anterior, mas estou aqui com o relatório em mãos e vi o voto do relator, Desembargador Estevam Maia, que diz não haver realmente consolidação nenhuma, e de fato não há, porque, para consolidar, não se pode inovar nada, é necessária uma lei. Essa aqui vem com um nome impróprio de consolidação, mas não é consolidação. Portanto, se não é consolidação e se diz respeito a uma lei federal, a competência não é deste órgão, mas sim do Supremo Tribunal Federal, **porque não se pode internar a lei, o que foi feito com a lei candanga, para depois dizer isso ou aquilo da Lei nº 8.112/90.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Depois que ela foi internada, ficou estratificada, mumificada, e, daí para frente, só há modificações locais, pontuais. Então, não há que se consolidar a Lei nº 8.112/90. O próprio texto aí está errôneo. Como exemplo, li nele o *amicus curiae* – não sei de que *curiae* está falando, mas anuncia-se como tal -, que, geralmente, vai acompanhar alguém que está fazendo o pedido, que, na presente hipótese, é o Governador. Mas aquele não está acompanhando este, porque, no caso concreto, não existe a Lei nº 8.112/90.

Assim, o que esse texto diz a respeito dessa lei, nessa consolidação, é que ela era inconstitucional, nos mesmos moldes do que foi dito na decisão da liminar. Todavia, não o é, visto que a Lei nº 8.112/90 não diz respeito aos servidores do Distrito Federal.

O Supremo, por 14 ou 15 votos, decidiu que a lei federal não diz respeito ao Distrito Federal. Então, está na consolidação um texto de decisão do Supremo, a qual foi aqui dito ser inconstitucional. Mas, pelo contrário, isso é constitucional: **a Lei nº 8.112/90 não diz respeito a nenhum servidor candango.**

É verdade que o que ela incorporou permanece, mas com a rubrica da lei local e com as modificações posteriores também. Não se há de negar que há um retrocesso na Lei 8.112/90, e não na lei local, em que nesta se diz respeito a 30 horas e a 40 horas. Desse modo, está-se usando um termo inadequadamente, e isso também não diz respeito a este Conselho, pois é uma norma federal, mas sim ao Supremo, e não a tribunal local.

Assim sendo, peço vênua ao eminente Relator para não admitir a presente ação direta de inconstitucionalidade.

Vencido, a lei é constitucional.

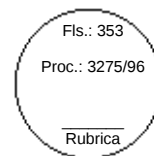
[...]

O Senhor Desembargador EDUARDO DE MORAES OLIVEIRA – Vogal.

Senhor Presidente, de fato a Lei nº 8.112/90 foi incorporada ao Governo do Distrito Federal por meio da Lei nº 197, de 4 de dezembro de 1991. **A meu juízo, até então vigorava o texto oficial federal, porque, daí por diante, segundo penso, pode o Distrito Federal legislar caso a caso.** Acontece que, embora de relevo a proposição argüida pelo Desembargador Romão C. de Oliveira sobre o problema pontual, o que, na hipótese, vejo a comprometer a legislação objeto da presente ADIn é o modo de soslaio com que o legislador fez inserir pontos básicos a macular o direito do Poder Executivo de editar lei sobre seus servidores públicos. Veja, por exemplo, que o inciso III, das restrições, diz o seguinte: “sofrer alterações por leis federais posteriores expressamente adotadas no Distrito Federal por leis locais”. Como disse, há um cunho de soslaio, porque o legislador distrital deu um passo, a meu ver, maior do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



que a perna. É por isso que também vejo a mácula vista pelo douto Relator.

Assim sendo, sufrago o judicioso voto de S. Ex^a., *venia concessa* a quem pensa de modo diferente.

[...]

O Senhor Desembargador EDSON ALFREDO SMANIOTTO – Relator

Afastemos essa hipótese de vício de iniciativa e entendamos, então, que, como se trata da rubrica de consolidação, deveríamos julgar, se for o caso, a inconstitucionalidade material. Imaginemos que, na seqüência do julgamento, constatemos que o senhor deputado fez propostas de alterações legislativas, segundo a Constituição Federal, de acordo com a Lei Orgânica. Se entendermos que S. Exa. tem competência para tanto, estaríamos inobservando matéria privativa do Senhor Governador do Distrito Federal, ou, então, construiríamos uma terceira lei, tirando pontualmente alguns textos e procurando aproveitar o resto, estabelecendo um “*tertium genus*”.

O Senhor Desembargador ROMÃO C. OLIVEIRA – Vogal

[...]

Quanto ao primeiro enfoque feito por S. Exa., reporto-me ao que tenho dito em outras assentadas; mas quanto ao enfoque de que o deputado não podia ter como objeto de consolidação o texto da Lei n.º 8.112/90, peço vênias a S. Exa. para dizer que, no Distrito Federal, a Lei n.º 8.112/90 não tem vigência própria; a redação sim. Mas o que está em vigência é a Lei n.º 197/91, que pode ser objeto de consolidação.

O Senhor Desembargador JOÃO MARIOSI – Vogal

Desembargador Romão C. Oliveira, concordo, nesse aspecto, com V. Exa. É incapacidade intelectual de quem está fazendo a lei que, em vez de falar ser a lei local que está sendo consolidada, disse que é a Lei n.º 8.112/90. E, quando eles disserem isso — e isso é o que foi dito, isso é o que foi feito pelos legisladores candangos —, a competência não é deste Tribunal, não somos nós que vamos interpretar o que foi dito.

[...]

O Senhor Desembargador LÉCIO RESENDE – Presidente e Vogal

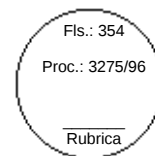
[...]

Considerando que a admissibilidade do pedido veiculado e do instrumento processual manejado foram devidamente analisados por ocasião da apreciação do pedido de liminar, passo à análise do pedido deduzido na inicial.

No momento do julgamento da liminar já havia proferido voto no sentido de deferi-la, acompanhando o eminente Desembargador Relator, porquanto o Decreto Legislativo 1.094/2004, ao extrapolar a finalidade



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



para a qual fora expedido, converteu-se inequivocamente em regulamento autônomo, não admitido pela legislação brasileira.

Agora, por ocasião do julgamento do mérito, entendo que tal posição deve ser mantida. Desta feita, reporto-me aos elucidativos termos do voto proferido na ocasião pelo eminente Desembargador JERONYMO DE SOUZA, então presidente desta egrégia Corte:

“(...)

Tem razão o requerente quando alega que a consolidação de inúmeras leis distritais por meio de decreto legislativo ora impugnado trouxe inovação legislativa.

Para tanto, basta examinar inicialmente o conteúdo do artigo 1º, parágrafo único e inciso I do aludido DL, in verbis:

[...]

Ora, o dispositivo ora analisado teve por escopo tornar sem efeito as consequências legais já operadas na época da adoção da Lei nº 8.112/1990 no âmbito do Distrito Federal, quando todas as normas locais anteriores que tratavam do regime jurídico dos servidores públicos foram revogadas por força do artigo 10 da Lei Distrital nº. 197/1991.

Tal revogação jamais poderia ser desconstituída por intermédio do decreto ora hostilizado, diante da significativa inovação legislativa operada no regime jurídico dos servidores candangos.

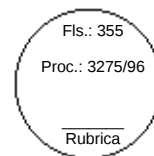
Já o artigo 3º do DL em foco suprime “da Lei Federal nº 8.112/90 o texto dos dispositivos cuja matéria esteja integralmente tratada em lei distrital, fazendo-se referência, entre parêntesis, a essa situação”. Ora, como o decreto legislativo sequer esclarece se as leis distritais são anteriores ou posteriores a 1991, acabou por extrapolar mais uma vez os limites de uma consolidação de textos legais, que é a republicação sistematizada das normas vigentes, tal como se deu com os artigos 19 (jornada de trabalho) e 20 (estágio probatório e estabilidade) da Lei nº 8.112/90.

[...]

Coerente com a posição assumida quando do julgamento da liminar, estou acompanhando o eminente Relator. Acresço, portanto, que no meu voto aprecio a questão da inconstitucionalidade material, mas vou suprimi-la para ficar apenas na questão atinente ao vício formal, entendendo que, lamentavelmente, o Decreto Legislativo nº 1.094, como salientou o eminente Relator, fruto de longa e exaustiva pesquisa, tinha tudo para permanecer vivo no mundo jurídico, contudo acabou por incidir



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



nessa lamentável eiva, criando, na realidade, um regulamento autônomo que não é admitido pelo Direito brasileiro.

Estou acompanhando o eminente Relator, entendendo, também, que o que aqui está em discussão é o texto do decreto legislativo e da Lei Distrital nº 197/91, que incorporou a Lei nº 8.112/90 naquilo que considerou aplicável aos servidores públicos do Distrito Federal, enquanto não disponham de regime jurídico próprio.

[...]

b) Classe do Processo: APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA EX-OFFÍCIO 20060110169780APC DF

Registro do Acórdão Número: 270511

Data de Julgamento: 29/11/2006

Órgão Julgador: 5ª Turma Cível

Relator: ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA

Publicação no DJU: 17/05/2007 Pág.: 213

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA – SERVIDOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL – LICENÇA PARA FREQUENTAR CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – § 4º DO ART 20 DA LEI 8.112/90 – APLICABILIDADE - A LEI DISTRITAL 197/91 RECEPCIONOU INTEGRALMENTE A LEI 8.112/90 - ADOÇÃO IMPLÍCITA DAS ALTERAÇÕES – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO – INEXISTÊNCIA – DIREITO DO SERVIDOR PROTEGIDO PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE – CURSO DE FORMAÇÃO JÁ CONCLUÍDO.

[...]

VOTOS

O Senhor Desembargador ASDRUBAL NASCIMENTO LIMA - Relator

[...]

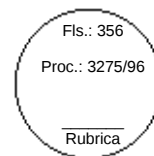
O apelado é servidor da Secretaria de Educação, assim, nos moldes da Lei Distrital nº 197/91, deve ser a ele aplicada a Lei 8.112/90, a qual dispõe em seu artigo 20, § 4º:

[...]

Em que pese a argumentação do recorrente de que a Lei Distrital 197/91 é anterior à Lei Ordinária nº 9.527/97 que introduziu o § 4º do artigo 20 na Lei nº 8.112/90, não há que se falar em afronta ao princípio da legalidade, pois é cediço que a lei distrital que recepcionou integralmente o texto da Lei nº 8.112/90, tencionou dar aos servidores do Distrito Federal os mesmos deveres e obrigações dados aos servidores federais, assim posteriores alterações ocorridas na Lei 8.112/90 não desobriga o Distrito Federal a seguir a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



citada legislação, ainda que inexista norma específica introduzindo as referidas alterações, no âmbito do Distrito Federal.

Este tem sido o entendimento desta E. Corte:

Ementa

[...]

I - A LEI DISTRITAL Nº 197/91, AO REMETER À LEI Nº 8.112/90, SEM RESSALVAS, IMPLICITAMENTE ADOTOU TODAS AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS POSTERIORMENTE, DESDE QUE NÃO CONFLITAM COM A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DOS POLICIAIS CIVIS DO DISTRITO FEDERAL.

[...]

III - RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS. UNÂNIME. (Relator: HAYDEVALDA SAMPAIO - APC 2003.01.1.045656-6).

[...]

O Senhor Desembargador ESDRAS NEVES ALMEIDA - Revisor

[...]

O impetrante/apelado é servidor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Ante a inexistência de lei distrital específica sobre a matéria, aplica-se o disposto no artigo 20, § 4º, da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97, a saber:**

[...]

O argumento de que o dispositivo retrorreferido, introduzido pela Lei 9.527/97, não é aplicável ao DF, por ser posterior à edição da Lei Distrital 197/91, não procede. É que a Lei Distrital nº 197/91, ao fazer remissão à Lei nº 8.112/90, sem ressalvas, implicitamente adotou todas as alterações ocorridas posteriormente, que não conflitarem com o diploma citado.

Além disso, **essa aplicação não ofende a autonomia que tem o Distrito Federal de organizar-se administrativamente, como alega o apelante. Tampouco existe ofensa ao princípio da legalidade.** Ao reverso, a veneranda sentença não fez senão aplicá-lo da forma mais adequada ao caso.

[...]

É como voto.

[...]

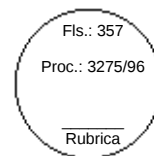
c) Classe do Processo: APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA DE OFÍCIO 20050111037435APC DF

Registro do Acórdão Número: 264297

Data de Julgamento: 30/08/2006



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Órgão Julgador: 4ª Turma Cível

Relatora: LEILA ARLANCH

Publicação no DJU: 01/03/2007 Pág.: 89

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL – SERVIDOR DISTRITAL APROVADO EM CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO FEDERAL – POSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO REMUNERADO PARA PARTICIPAR DE CURSO DE FORMAÇÃO – ART. 20, § 4º DA LEI FEDERAL Nº 8.112/90 – LEI DISTRITAL Nº 197/91 – APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL CONHECIDOS E IMPROVIDOS.

Em que pese não ter havido deliberação da Câmara Distrital para incorporar o § 4º do art. 20 da Lei Federal nº 8.112/90 ao bloco legislativo local, tal regra deve ser aplicada no âmbito desta unidade da federação, sob pena de mácula aos Princípios constitucionais da Isonomia, Proporcionalidade e da Acessibilidade aos Cargos Públicos.

[...]

VOTOS

A Senhora Desembargadora LEILA ARLANCH - Relatora

[...]

Com efeito, a Lei Federal nº 8.112/90 aplica-se ao Distrito Federal, por força da Lei Distrital nº 197/91.

É de ressaltar apenas que, na esfera do Distrito Federal, é aplicável o texto do Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais em vigor quando da aprovação da Lei Distrital nº 197/91. As alterações da Lei Federal nº 8.112/90 posteriores ao início da vigência da Lei nº 197/91 não podem surtir efeito, em tese, no âmbito desta unidade da Federação, sob pena de mácula ao Princípio do Devido Processo Legislativo e de constituir infração ao Princípio Federativo.

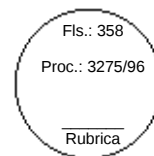
Portanto, o regime jurídico aplicável aos servidores distritais corresponde, em princípio, ao texto da Lei Federal nº 8.112/90 vigente quando da publicação da Lei Distrital nº 197/91, modificado por leis distritais, após as competentes deliberações da Câmara Legislativa, não havendo que se falar em aplicação automática, no âmbito do Distrito Federal, das alterações realizadas pelo Congresso Nacional na Lei Federal nº 8.112/90.

Esta explanação mostra-se necessária, *in casu*, para o fim de se aferir se o § 4º do art. 20 da Lei Federal nº 8.112/90, que foi incluído pela Lei Federal nº 9.527, de 10.12.97, é norma aplicável no âmbito do Distrito Federal.

Contudo, o exame do texto legal consolidado revela que é omissa a legislação vigente no Distrito Federal, no tocante à possibilidade do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



servidor público, ainda em estágio probatório ou não, poder se afastar de seu cargo para participar de curso de formação em decorrência da aprovação em concurso público para outro cargo, que é exatamente a previsão contida no § 4º do art. 20 da Lei nº 8.112/90, introduzido pela Lei nº 9.257/97.

Vê-se pois, que tal norma não engloba materialmente o conjunto de regras que constituem o regime jurídico dos servidores do Distrito Federal, porque não houve edição de Lei Distrital incorporando-a ao bloco legislativo desta Unidade da Federação.

[...]

Tal constatação é inafastável porque **diante da omissão detectada impõe-se a aplicação subsidiária da Lei nº 8.112/90, com os parágrafos 4º e 5º acrescentados ao art. 20 pela Lei 9.527/97, suprimindo-se assim lacuna legislativa.**

[...]

Mister admitir que não se mostra razoável impedir que o servidor distrital, apenas por encontrar-se em quadro de esfera federativa diferente, não possa freqüentar curso de formação, enquanto o poderia o servidor federal, constituindo-se flagrante violação ao Princípio da Proporcionalidade permitir que tal diferenciação prevaleça.

Por óbvio tal situação desafia também a aplicação do Princípio da Isonomia, inserto na Constituição da República, pois configura-se tratamento desigual a servidores que enfrentaram o mesmo certame, e que em tese possuem as mesmas condições para exercerem o cargo público, ou seja, em igualdade de condições, mas, por apenas por pertencerem a quadros de entes federativos diversos, a um seja permitido o afastamento remunerado para freqüentar curso de formação e a outro não.

O suprimento da lacuna legislativa distrital *in casu* é dada ao Poder Judiciário, que, para o devido deslinde da questão, pode se valer da analogia, costumes e princípios gerais de direito, na forma prevista no artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil.

[...]

Desta feita, em que pesem as alegações do ente apelante de que não há norma local deliberando acerca da questão, impõe-se a concessão da segurança, pelas razões apontadas, restando incólume a Sentença recorrida.

[...]

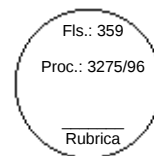
O Senhor Desembargador SANDOVAL GOMES DE OLIVEIRA - Revisor

[...]

Ao impetrante, ora apelado, como servidor da Secretaria da Educação, **por força do artigo 5º da Lei Distrital nº 197/91, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.112/91, que, no artigo 20,**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



§ 4º, preceitua: “Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos no art. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente da aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal”.

Dessa forma, percebe-se, de plano, **não ostentar qualquer relevância a tese agitada pelo recorrente, no sentido de que ao apelado não se aplica o almejado benefício, a pretexto de estar garantido apenas aos Servidores Públicos Federais.**

[...]

d) APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA DE OFÍCIO 20040111116376APC DF

Registro do Acórdão Número: 262577

Data de Julgamento: 18/10/2006

Órgão Julgador: 2ª Turma Cível

Relator: ESDRAS NEVES

Publicação no DJU: 06/03/2007 Pág.: 101

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDORA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL. LICENÇA COM VENCIMENTOS PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE. **LEI Nº 9.527/97 NÃO RECEPCIONADA PELO DISTRITO FEDERAL. RECURSO PROVIDO.**

1 – A Lei nº 9.527/97 não foi recepcionada no âmbito do Distrito Federal por ser a Lei Distrital nº 197/91, que aplicou ao Distrito Federal a Lei nº 8.112/90, anterior a sua edição.

2 – Impossível a concessão de licença à servidora do Distrito Federal para acompanhar cônjuge sem prejuízo dos vencimentos, em razão de **violar o princípio constitucional da autonomia político-administrativa dos entes federados.**

[...]

VOTOS

O Senhor Desembargador ESDRAS NEVES – Relator

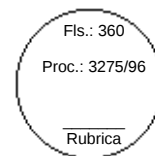
[...]

A questão dos autos cinge-se à possibilidade de ser concedida licença com vencimentos, para acompanhar cônjuge à servidora do Distrito Federal com base na Lei nº 8.112/90, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.527/97.

A Lei Distrital nº 197/1991 estabeleceu em seu artigo 5º que: “a partir de 1º de janeiro de 1992, aos servidores da Administração direta,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



autárquica e fundacional do Distrito Federal aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.112/90 e legislação complementar, até a aprovação do regime jurídico único dos servidores públicos do Distrito Federal pela Câmara Legislativa”.

Como visto acima, a Lei nº 8.112/90 passou a ser aplicada aos servidores do Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 197/91.

A Lei nº 9.527/97 não foi recepcionada no âmbito do Distrito Federal por ser a Lei Distrital nº 197/91, que aplicou ao Distrito Federal a Lei nº 8.112/90, anterior a sua edição. Por conseguinte, não poderá ser concedida à impetrante/apelada, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, licença com remuneração para acompanhar cônjuge, por não se lhe aplicar o art. 84, parágrafo 2º da Lei nº 8.112/90.

Nesse sentido, trago à colação entendimento acolhido por este Egrégio Tribunal de Justiça:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGENTES PENITENCIÁRIOS DO QUADRO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. AFASTAMENTO PARA FREQUENTAR CURSO DE FORMAÇÃO, EM DECORRÊNCIA DE APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. SEGURANÇA CONCEDIDA. **A recepção da legislação federal pela Lei 197/91 compreende a Lei 8.112/90 e suas alterações vigentes ao tempo da edição da lei local, de sorte que a Lei 9.527/97 não se aplica aos servidores distritais em razão da autonomia político-administrativa conferida ao Distrito Federal.** [...] Segurança concedida, ressalvado o entendimento do Relator. (20060020012531MSG, Relator , Conselho Especial, julgado em 30/05/2006, DJ 11/07/2006 p. 84)

Confira-se, ainda, trecho do voto condutor do acórdão do Desembargador Romão C. Oliveira:

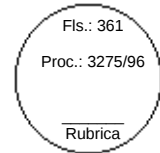
“EMENTA

“(…) Compete à Câmara Distrital legislar sobre direitos e vantagens de servidor do Distrito Federal, **sendo inaplicável a legislação federal à espécie local. A recepção da legislação federal (Lei número 197) é compreensiva tão somente da Lei número 8.112/90 e leis complementares vigentes ao tempo da edição da lei local.** Preliminares irrelevantes, rejeitadas. Apelação e remessa oficial improvidas.” (APC 37.219/95, 5ª Turma Cível, Relator: ROMÃO C. OLIVEIRA, Publicação no DJU: 22/05/1996 Pág.: 8.001).

Interpretar uma norma é buscar seu verdadeiro sentido. Assim, **vale destacar que a Lei Distrital nº 197/91, ao determinar que se aplicaria aos servidores locais a Lei nº 8.112/90, estabeleceu a necessária ressalva: “no que couber”.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



Além disso, aplicar à impetrante/apelada o artigo 84, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112/90, com redação alterada pela Lei nº 9.527/97, **implica violar o princípio da autonomia político-administrativa dos entes federados insculpido no artigo 18 da Constituição Federal.** Com base nesse princípio, não é admissível que um servidor distrital tenha seus vencimentos pagos pelo Distrito Federal e preste serviço em órgão da União. Admitir tal hipótese significa onerar o Distrito Federal sem que haja a respectiva contraprestação.

[...]

O Senhor Desembargador TEÓFILO CAETANO – Revisor

[...]

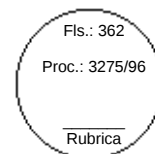
De conformidade com o que emerge do contido na Constituição Federal, **o Distrito Federal se qualifica como unidade federativa autônoma, usufruindo de autonomia política e estando municiado com competência para legislar sobre matéria administrativa. Como corolário da autonomia que lhe fora reservada, a qual equivale à assegurada aos demais estados, ao Distrito Federal é resguardada a mesma competência legislativa assegurada aos estados e também aos municípios, ante a particularidade de que não é subdividido em unidades municipais (CF, art. 32, § 1º), donde deriva a irreversível constatação de que, dentro das matérias que lhe compete legislar, ou seja, em relação àquelas em que a competência legiferante lhe está assegurada, as leis editadas pela União não se lhe aplicam de forma automática. Somente em havendo legislação local prevendo a aplicação do contido em lei federal é que o nela contido passará, então, a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, não em razão de extensão automática, mas em decorrência da previsão contemplada pela norma local.**

Desses princípios constitucionais emerge, então, a constatação de que, em estando o Distrito Federal municiado com competência para legislar sobre matéria administrativa, notadamente sobre funcionalismo público e estruturação das carreiras integrantes da sua organização administrativa, **o fato de ter incorporado à legislação local o contido na Lei nº 8.112/90, que disciplina o regime jurídico único dos servidores públicos da União, através da Lei Distrital nº 197/91, determinando que os servidores locais se sujeitem ao contido em aludida norma federal, não implica automática previsão para incorporação à legislação local das alterações que foram amalgamadas na legislação federal após a edição daquela norma distrital.**

Ao revés, a aplicação do contido na lei federal aos servidores locais derivara de expressa previsão legal originária da norma local e somente o que vigorava à época e já estava impregnado no diploma incorporado é que passara a se aplicar no âmbito distrital, afastando-se as alterações posteriormente incorporadas à legislação federal. Exegese distinta, aliás, redundaria em evidente renúncia da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



competência legislativa assegurada ao Distrito Federal mediante sua delegação à União, o que efetivamente não guarda conformidade com o prescrito pela Constituição Federal, pois redundaria em nítida abdicação da autonomia que lhe é resguardada, sendo, pois, impassível de ser renunciada ou delegada sob a forma de outorga de competência legislativa.

Diante do que fora acima alinhavado apura-se, então, que, considerando que a Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, que ditara nova redação ao § 2º do artigo 84 da Lei nº 8.112/90, no qual se fulcra a pretensão aviada, fora editada e entrara a vigor após a edição da lei local que determinara a aplicação desse estatuto legal aos servidores locais e não tendo sido incorporada à legislação local através de lei distrital editada com esse desiderato, a alteração promovida em aludido dispositivo não se aplica aos servidores públicos locais, não lhes podendo alcançar em vassalagem ao princípio da legalidade que deve permear a atuação da administração pública e pautar os atos administrativos.

Em sendo assim, como a alteração impregnada no estatuto dos servidores civis da União não fora incorporada à legislação local, e essa incorporação, ressalte-se, carecia de lei local prevendo a aplicação do regrado pela norma federal no âmbito do Distrito Federal, a pretensão aviada pela impetrante não está revestida de lastro legal passível de aparelhá-la, infirmando o direito líquido e certo que invocara. É que, em não havendo disciplina legal revestindo de lastro a pretensão que veiculara, denotando que o direito que invocara carece de lastro material subjacente, não lhe sobeja nenhum direito de reivindicar benefício que não fora resguardado aos servidores locais, estando adstrito aos servidores públicos da União.

[...]

Os argumentos alinhavados, aliás, encontram conforto na tranqüila jurisprudência da egrégia Corte de Justiça local, pois já se pronunciara em diversas ocasiões sobre matéria análoga, **fixando o entendimento acerca da carência de lastro passível de sustentar a aplicação aos servidores locais do destinado aos servidores federais por inovação legislativa não incorporada ao cabedal normativo do Distrito Federal através de lei especialmente editada com esse objetivo [...]:**

[...]

f) RE-AgR 354117/DF

AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator: Min. EROS GRAU

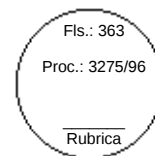
Publicação DJ 28-10-2005 PP-00048

EMENT VOL-02211-03 PP-00434 Julgamento: 04/10/2005

Órgão Julgador: Primeira Turma



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. **AUTONOMIA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. MP 560/94. CONSTITUCIONALIDADE. 1. Legislação federal. Aplicação no âmbito do Distrito Federal ex vi da Lei Distrital 119/90. Disciplinamento do regime jurídico dos servidores distritais, por remissão às disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais, até que lei distrital específica regule a matéria. 2. Inadmissibilidade do argumento de que teria havido ingerência indevida na autonomia do ente federado. O Distrito Federal optou pela adoção da legislação federal relativamente aos seus servidores e essa deverá ser observada até a edição de lei própria e específica sobre a matéria. Agravo regimental não provido.**

[...]

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU:

Discute-se, nestes autos, a validade da Medida Provisória 560/94 e sucessivas reedições que reinstituíram a contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público --- assim como o respectivo termo inicial de incidência e exigibilidade, conforme insculpido no artigo 195, § 6º, da Constituição do Brasil --- e a **autonomia política e administrativa do Distrito Federal para legislar sobre o regime jurídico de seus servidores.**

[...]

Voto

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (Relator): Os recorrentes sustentam que --- embora superada a controvérsia a propósito da constitucionalidade da Medida Provisória 560/94 --- a análise da questão pertinente à autonomia do Distrito Federal para legislar sobre a contribuição previdenciária devida por seus servidores não fora apreciada. Alegam que as disposições daquele texto normativo não lhes são aplicáveis em face da ausência de lei distrital válida a disciplinar a matéria no âmbito local.

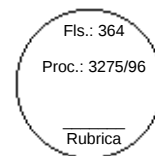
2.As alegações dos agravantes não procedem. A Constituição de 1988 reconheceu a autonomia política e administrativa do Distrito Federal no art. 18. Em decorrência desse fato, foi editada a Lei distrital nº 119, de 16.8.90, dispondo sobre o regime jurídico dos servidores locais por remissão às disposições do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais.

3.A contribuição previdenciária devida pelos servidores distritais foi fixada no percentual de 6% (seis por cento) sobre a remuneração bruta, conforme Decreto nº 1.910/91, que alterou a Lei nº 6.439/77, regulamentada pelo Decreto nº 83.081/79 e pelo Decreto nº 90.817/85. Assim, ante a ausência de legislação própria, o Distrito Federal utilizava-se da legislação federal.

4.Em 1993 foi editada a Lei Federal nº 8.688 em substituição à legislação que cuidava do desconto previdenciário, cujas normas foram igualmente extensivas aos servidores do Distrito Federal. Essa lei majorava a alíquota



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



da contribuição previdenciária, mas a eficácia dela decorrente exauriu-se em 30 de junho de 1994 em face da natureza temporária dos seus preceitos.

5. Em 26 de julho de 1994, foi editada a Medida Provisória 560, sucessivamente reeditada, cuja última versão recebeu o número 1.483-46 em 27 de fevereiro de 1998. A MP 560/94 também teve aplicação no âmbito da Administração do Distrito Federal uma vez que a legislação distrital estava atrelada à federal.

6. Dir-se-á que havia legislação precedente do Distrito Federal a disciplinar a matéria: a Lei Distrital nº 260/92. No entanto, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal --- previsto no novo sistema previdenciário --- não chegou a ser instituído. Na pendência de regulamentação da lei e da instauração do órgão previdenciário, impossível proceder-se o desconto na remuneração do servidor por falta de amparo legal: a fixação da alíquota definitiva prevista no artigo 9º da Lei Distrital nº 260/92 dependia de lei local específica, editada “após prévio estudo de natureza atuarial”. Quanto à previsão contida no § 1º do referido artigo 9º da mencionada lei --- “contribuição previdenciária no percentual de 10%, até a fixação do percentual previsto no caput” ---, é importante ressaltar que sua exigência e recolhimento somente seriam cabíveis se tivesse sido implantado e implementado o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal, sem o qual não há razão nem destinatário/depositário do montante previdenciário descontado da remuneração do servidor público.

7. É inadmissível o argumento de que teria havido ingerência indevida na autonomia do ente federado. O Distrito Federal optou pela adoção da legislação federal em relação aos seus servidores e essa deverá ser observada até a edição de lei própria e específica disciplinando a matéria.

[...]

g) RE 159228/DF

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator: Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 23/08/1994

Órgão Julgador: PRIMEIRA TURMA

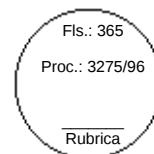
Publicação DJ 27-10-1994 PP-29168 EMENT VOL-01764-02 PP-00420

RTJ EMENT VOL-00157-003 PP-01045

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO [...] - DIREITO ADQUIRIDO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO DF - INAPLICABILIDADE DA LEI FEDERAL 8.030/90 AO PLANO LOCAL - AUTONOMIA CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. - [...] - A autonomia constitucional reconhecida ao Distrito Federal, que lhe confere a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



prerrogativa de dispor, em sede normativa própria, sobre o regime jurídico dos seus servidores civis, impede que se estendam, automaticamente, ao plano local os efeitos pertinentes a política de remuneração estabelecida pela União Federal em favor dos seus agentes públicos. [...].

h) REMESSA DE OFÍCIO 20000150014432RMO DF

Acórdão Número: 129248

Data de Julgamento: 07/08/2000

Órgão Julgador: 3ª Turma Cível

Relator: WELLINGTON MEDEIROS

Publicação no DJU: 13/09/2000 Pág.: 27

Ementa

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL. GRATIFICAÇÃO ORGÂNICA POR OPERAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RAIOS X. APLICAÇÃO DO DECRETO LOCAL NO. 12.660/90.

I - A ATUAL CONSTITUIÇÃO CONFERIU AO DISTRITO FEDERAL AUTONOMIA POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, GARANTIDO-LHE, OUTROSSIM, COMPETÊNCIA EXCLUSIVA PARA LEGISLAR SOBRE DETERMINADAS MATÉRIAS, ENTRE AS QUAIS DESTACAM-SE A INSTITUIÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE SEUS SERVIDORES E DISPOSIÇÕES A RESPEITO DE REMUNERAÇÃO E VANTAGENS.

II - ASSIM, DE SE APLICAR AOS SERVIDORES DISTRITAIS O DISPOSTO NO DECRETO LOCAL NO. 12.660/90, QUE FIXA O PERCENTUAL DA GRATIFICAÇÃO PARA O TRABALHO PERMANENTE COM RAIOS-X EM 40% (QUARENTA POR CENTO).

[...]

VOTOS

O Senhor Desembargador WELLINGTON MEDEIROS - Relator

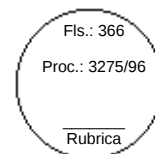
[...]

Cuida-se de remessa *ex officio*, nos autos de ação de conhecimento, submetida ao rito ordinário, manejada por médicos da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, com vistas ao recebimento da gratificação de compensação orgânica, no percentual de 40% (quarenta por cento) por atividades com equipamentos de raios-X.

Alegam os autores que, na qualidade de servidores do Distrito Federal, recebiam referida gratificação no percentual de 10% (dez por cento), de acordo com o disposto no Decreto nº. 4.941/79, ao passo em que os



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



servidores da União recebiam a mesma gratificação no percentual de 40% (quarenta por cento), por força da Lei nº. 1.234/50.

Aduzem que, com o advento do Decreto nº. 12.660/90, cuja vigência teve início em 21 de setembro daquele ano, tiveram sua situação equiparada à dos servidores federais, uma vez que aludido diploma legal, fixou, expressamente, referida gratificação no percentual de 40% (quarenta por cento). Entretanto, só passaram a receber o benefício em março de 1991.

Ante a sobrevinda de sentença que condenou a Fundação ré a pagar as diferenças pleiteadas, passo ao reexame necessário.

Com efeito, **a matéria ora em debate encontra-se pacificada no âmbito desta Egrégia Corte de Justiça**, pelo que despiciendas maiores considerações a respeito. Entretanto, por força da remessa *ex officio*, cumpre tecer algumas considerações.

Em princípio, cumpre ressaltar que existe legislação federal específica acerca do tema – Lei. 8.270/91 –, que, em seu artigo 12, § 2º, dispõe, *verbis*:

[...]

Entretanto, a toda evidência, **o direito dos autores encontra amparo em legislação outra, seja, Decreto nº. 12.660/90 do Distrito Federal.**

Com efeito, **a atual Constituição conferiu ao Distrito Federal autonomia política, administrativa e financeira, garantido-lhe, outrossim, competência exclusiva para legislar sobre determinadas matérias, entre as quais se destacam a instituição do Regime Jurídico de seus servidores e disposições a respeito de remuneração e vantagens.**

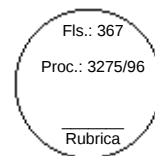
Logo, através da Lei Distrital nº. 197/91, ficou determinado que, a partir de janeiro de 1992, os servidores do Distrito Federal seriam regidos pela Lei nº. 8.112/90 e legislação complementar, que, por sua vez, não pode se referir à legislação futura de âmbito federal, mas tão-somente àquela já existente quando da edição da lei local, de forma a preservar a autonomia do DF.

Assim, quando da edição da Lei local nº. 197, em 4 de dezembro de 1991, apesar de seu artigo 5º dispor que somente a partir de janeiro de 1992 seriam seus servidores submetidos à Lei nº. 8.112/90, ainda não existia no mundo jurídico a Lei nº. 8.270, de 17 de dezembro de 1991, razão pela qual não poderia ter sido recepcionada por aquela de ordem distrital, já que lhe era posterior.

Forçoso convir, dessarte, restar afastada a incidência da lei federal já mencionada, devendo ser aplicadas, *in casu*, as normas contidas no Decreto nº. 12.660/90, uma vez que este, ao tratar especificamente sobre o valor da gratificação para o trabalho permanente com raio-X, não encontra óbice em ser recepcionado pela Lei local nº. 197/91, até que a legislação do DF ou ato normativo posterior venha a revogá-lo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



De se concluir, pois, que **aos servidores distritais aplica-se o percentual de 40% (quarenta por cento) referente à gratificação pretendida**, pelo que andou bem o MM. Juiz em suas razões de decidir.

[...]

i) APELAÇÃO CÍVEL APC3801095 DF

Acórdão Número: 83059

Data de Julgamento: 21/03/1996

Órgão Julgador : 4ª Turma Cível

Relator: EVERARDS MOTA E MATOS

Publicação no DJU: 02/04/1996 Pág.: 4.775

Ementa

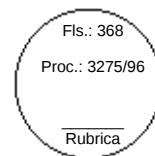
APELAÇÃO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. RAIOS X. FUND. – LEGISLAÇÃO INCIDENTE. PERCENTUAL. PRELIMINARES: NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. - Dúvida pessoal e matéria estranha ao objeto da lide fogem dos limites da prestação jurisdicional. - **A legislação ensejadora do direito ao adicional de insalubridade, a servidores do Distrito Federal que operam com raios X, é o Decreto Local de número 12.660/90 - previsor da gratificação no percentual de 40% - e não a Lei Federal número 8.270/91, porque esta alcança, unicamente, os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.**

41. Ante o exposto, com os acréscimos e as alterações que faço, voto por que o Tribunal:

- I) levante o sobrestamento destes autos, ocorrido por força da Decisão TCDF nº 1131/98;
- II) decida que os dispositivos da Lei nº 8.162/91 (DOU de 09.01.91) que alteram ou complementam a Lei nº 8.112/90, dentre eles o art. 13, relativo à gratificação de Raios X, se aplicam neste Distrito Federal, por força do contido no art. 5º da Lei local nº 197/91 (DODF de 05.12.91);
- III) determine aos órgãos jurisdicionados que:
 - a) para o pagamento da gratificação de Raios X e da VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91, observem as seguintes orientações:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



1) quanto à gratificação de Raios X:

1.1) até 31.12.91 a gratificação de Raios X, bem como as frações de décimos dessa gratificação, incorporada aos proventos, tem por base de cálculo o percentual de 40% do vencimento básico do servidor;

1.2) a partir de 01.01.92, em face do disposto no art. 13 da Lei nº 8.162/91, combinado com o art. 68 da Lei nº 8.112/90:

1.2.1) a gratificação de Raios X, enquanto na atividade, corresponde ao percentual de 10% do vencimento básico do servidor;

1.2.2) a gratificação de Raios X já incorporada aos proventos de aposentadoria, ou a ser incorporada quando da inativação, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80, corresponde à:

1.2.2.1) 10% do vencimento básico do servidor, quando aposentar-se por moléstia contraída em trabalho com Raios X ou substâncias radioativas;

1.2.2.2) fração de um décimo do percentual de 10% do vencimento básico do servidor por ano de atividades exercidas junto a fontes de irradiação;

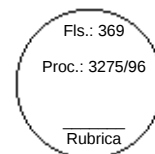
2) quanto à VPNI de que trata o parágrafo único do art. 13 da Lei nº 8.162/91 e art. 12 da Lei nº 8.270/91:

2.1) **para os servidores em atividade**, que estavam no exercício de atribuições com risco de contaminação radioativa em 01.01.92, enquanto no exercício dessas atividades, a VPNI deve corresponder ao valor referente ao percentual de 30% do vencimento básico do servidor, observando o contido no número 2.4 deste item;

2.2) **para os aposentados**, a VPNI incorpora-se aos proventos de aposentadoria, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.345/64, com redação dada pela Lei nº 6.786/80, devendo-se observar, ainda, o contido no número 2.4 deste item, e corresponde ao valor:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



2.2.1) de 30% do vencimento básico do servidor, quando aposentar-se por moléstia contraída em trabalho com Raios X ou substâncias radioativas, prestadas junto a fontes de emissão em data anterior a de 01.01.92, bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta;

2.2.2) das frações decimais da diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emissão em data anterior a de 01.01.92, bem como para os períodos exercidos após essa data, desde que, nesse último caso, as atividades sejam prestadas de forma ininterrupta;

2.2.3) havendo interrupção na prestação de serviços após 01.01.92, deve corresponder à diferença resultante da redução de percentual da gratificação de Raios X, imposta pela Lei nº 8.162/91 (30%), ou seja, ao percentual de 3% do vencimento básico por ano de exercício de atividades prestadas junto a fontes de emissão;

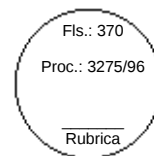
2.3) a VPNI não é devida aos servidores que iniciaram atividades com risco de contaminação radioativa a partir de 01.01.92;

2.4) o valor da referida VPNI deverá ser apurado com base no vencimento básico percebido na data da decisão que vier a ser adotada nestes autos e, a partir desse marco, deverá ser atualizada, exclusivamente, com base nos reajustes gerais concedidos aos servidores distritais;

b) corrijam o valor da gratificação de Raios X e da VPNI a ela pertinente, pagas em desacordo com as orientações aqui traçadas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI



- IV) tolere os pagamentos da gratificação de Raios X e da VPNI a ela inerente, efetuados em desacordo com o entendimento a ser fixado pelo Tribunal no presente feito;
- V) oriente os órgãos jurisdicionados para que associem os entendimentos antes expostos com o item II, subalínea "a.4", da Decisão nº 2.192/2002 (Processo nº 295/2000), promovendo as medidas corretivas cabíveis em relação aos servidores civis e pensionistas alcançados, se necessário, informando nas respectivas fichas funcionais e/ou financeiras as alterações porventura implantadas;
- VI) dê ciência da deliberação que vier a ser prolatada neste feito a todos jurisdicionados, em especial ao órgão de controle interno e às Secretarias de Saúde e de Gestão Administrativa do Distrito Federal, encaminhando-lhes cópia da presente instrução;
- VII) determine:
- a) a desapensação do Processo nº 1568/98;
 - b) o arquivamento destes autos, bem como do Processo nº 1568/98, tendo em conta o entendimento de que leis federais, relativas a servidores públicos e sua remuneração, editadas após a vigência da Lei Distrital nº 197/91, carecem da chancela do legislativo local para serem aplicadas ao DF.

Sala das Sessões, de de 2007

Marli Vinhadeli
Conselheira